

PUBLICAÇÕES LEGAIS

GRENDENE S.A., Companhia Aberta - CNPJ nº. 89.850.341/0001-60 - NIRE nº. 23300021118-CE

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Convocamos os acionistas da Grendene S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE") a serem realizadas no arquivado nº. 2022, às 17h00, em 25 de março de 2022, no endereço: Rua da Lapa, 100, pelo meio da plataforma Microsoft Teams ("Plataforma Digital"), nos termos dos artigos 121, Parágrafo Único, e 124 §2º-A, da Lei das S.A., e da Instrução CVM 481/2009, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **I - Em Assembleia Geral Ordinária**. 1. Aprovar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações contábeis e/ou financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, do parecer do Conselho Fiscal referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2021 e a ratificação das antecipações e da distribuição de juros sobre capital próprio e do saldo de dividendos, a distribuição como dividendo o resultado líquido da destinação diversa de Incentivo Fiscal (Provin) dos anos de 2014 a 2015 e mais parte do saldo da reserva de aquisição de ações; 3. Definir o número de membros do Conselho de Administração a serem eleitos, observado o limite estatutário; 4. Eleger os membros do Conselho de Administração para um mandato de dois anos e designar aqueles que ocuparão as funções de Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração; 5. Caracterização dos membros independentes do Conselho de Administração; e 6. Fixar a remuneração global dos administradores da Companhia de acordo com o art. 14, do Estatuto Social da Companhia. **II - Em Assembleia Geral Extraordinária**. 1. Deliberar sobre a proposta da administração de reforma do Estatuto Social da Companhia, conforme detalhadas em quadro comparativo constante no Anexo VI da Proposta da Administração divulgada ao mercado: (i) Alterar os artigos 1º (§1º), 13, 16, 24, 30 (§5º), 36 (caput), 44 (caput) e 49(caput) para adequar ao Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão; (ii) Alterar o artigo 9º para adequação do prazo de convocação de assembleias de companhias abertas, nos termos da Lei nº 14.195/2021; (iii) Incluir no artigo 2º as seguintes atividades no objeto social da Companhia: (a) exploração de marcas, patentes e quaisquer outros direitos da propriedade industrial e intelectual; e (b) desenvolvimento de atividade de franquias, seja como franqueadora ou franqueada; (iv) Ajustar os artigos 1º (§2º), 2º (a e), 10 (§2º), 19 (caput e §2º), sem que haja quaisquer efeitos jurídicos e econômicos esperados; e (v) excluir os artigos 5º(§4º), 16 (§1º), 21(1ª e "v"), 36 (Parágrafo Único), 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44 (§1º), 45, 46 e 47 para adequar o Estatuto Social ao Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. 2. Renunciar e consolidar o Estatuto Social da Companhia em decorrência das exclusões e alterações acima. **Informações Gerais:** A Companhia informa que a AGOE será realizada de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 124, § 2º-A, da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), podendo os acionistas participar e votar por meio do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia ou exercer o direito de voto mediante uso do boletim de voto a distância, de acordo com a Instrução CVM nº 481/09. O acionista, que desejar, poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação à distância, nos termos da referida instrução, enviando o correspondente boletim de voto à distância por meio de seu respectivo agente de custódia, banco escriturador ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes na proposta da administração e nas orientações para participação na AGOE e no boletim de voto. Conforme o artigo 5º da Instrução CVM 481/09, os acionistas que quiserem participar e votar na AGOE por meio do sistema eletrônico e sem a utilização do boletim de voto a distância, deverão enviar solicitação de acesso à Plataforma Digital à Companhia, juntamente com a prova de sua qualidade como acionista, documento de identidade e comprovante expedido pela instituição depositária contendo a respectiva participação acionária, pelo e-mail di@grendene.com.br, até às 17:00 horas do dia 20 de abril de 2022, sendo certo que todos os documentos exigidos dos acionistas estão detalhados no item 4 da proposta da administração. Os acionistas representados por procuradores deverão exibir as procurações até o mesmo momento e, pelo mesmo nome antes referido. Em cumprimento à Instrução CVM nº 165, de 11 de dezembro de 1991, com as alterações introduzidas pela Instrução CVM nº 282, de 26 de junho de 1998, informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante da sociedade, necessário à requisição de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração, é de 5% (cinco por cento). A proposta da administração e demais orientações para participação na AGOE, nos termos previstos na Instrução CVM nº 481/09 bem como a lista completa dos documentos a ela relativos estão à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e em nossos websites da CVM - Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br>), da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>), e de Relações com Investidores da Grendene (<http://ri.grendene.com.br>). Sobral, Ceará, 25 de março de 2022. Alexandre Grendene Bartelle - Presidente do Conselho de Administração.

OPOVO

SEGUNDO RANKING +PREMIADOS DA IMPRENSA BRASILEIRA

Promovido pelos Jornalistas&Cia e Portal dos Jornalistas, o levantamento de prêmios, em 2021, rendeu ao O POVO 134 pontos e o primeiro lugar no ranking dos veículos mais premiados da região Nordeste. No Nacional, A TV Globo foi o +Premiado Veículo de Comunicação em 2021 e O POVO ficou em 12o lugar no Brasil.

***Publicação
legal é
no O POVO***

SUA INFORMAÇÃO, NOSSA RESPONSABILIDADE

O POVO é o único jornal impresso de grande circulação no Ceará, com certificado de segurança digital para divulgação de atos legais, jurídicos e empresariais, garantindo transparência aos setores público e privado. Para saber mais sobre as publicações de balanços e dados de audiência no digital, fale conosco.

OPOVO

WWW.OPOVO.COM.BR/NOTICIAS/PUBLICACOES-LEGAIS/



Para publicar, entre em contato:

RESERVAS@OPOVO.COM.BR
TEL: (85) 3255-6038





Companhia de Gás do Ceará - Cegás

CNPJ No 73.759.185/0001-96 - NIRE: 23300019431

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS apresenta aos clientes, aos fornecedores, aos acionistas e ao mercado em geral este relatório, que contempla o demonstrativo das ações exercidas pela empresa, os principais resultados alcançados ao longo de 2021, os objetivos e as expectativas para os próximos anos.

As ações realizadas ao longo do ano reforçam o compromisso da CEGÁS em atuar com excelência no serviço de distribuição de gás canalizado, contribuindo com soluções energéticas eficientes e seguras para o desenvolvimento sustentável do Ceará, atendendo às expectativas dos clientes, de forma repositiva ambientalmente adequada.

Assim, a CEGÁS, nos seus 20 anos de existência, vem construindo uma rede de gasodutos que se estende por mais de 600 km, abrangendo os municípios de Aquiraz, Aracati, Caucaia, Eusébio, Fortaleza, Horizonte, Pacajus, Pacatuba, Maracanaú e São Gonçalo do Amarante (região do Pecém). Durante o ano de 2021, o mundo passou por uma nova onda da COVID-19, com impactos importantes na economia. A magnitude e a persistência desses efeitos adversos estão associadas ao padrão de crescimento da economia mundial observado no período anterior à crise sanitária, conforme pontuado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Os fluxos internacionais foram fortemente afetados no período, pressionando as cadeias produtivas e provocando a alta nos preços, bastante afetados também pelo da energia.

No que diz respeito ao mercado de gás natural, este foi bastante impactado pelo aumento dos preços com a retomada da demanda frente a oferta. O preço do petróleo também foi fortemente pressionado, atingindo US\$ 94 em outubro, o maior valor em três anos, o que afeta diretamente o custo local do gás natural, efeito esse intensificado pela desvalorização cambial. Além disso, o Brasil passa por um período de mudança em seu arcabouço regulatório. A Nova Lei do Gás Natural (Lei Federal nº 14.134/21), bem como o decreto que a regulamentava (Decreto Federal nº 10.712/21), foram aprovados em 2021, estabelecendo um novo marco legal do setor. A nova regulamentação visa a promoção da concorrência, desde as atividades relacionadas ao transporte de gás até as infraestruturas essenciais e as atividades de distribuição. Pode-se destacar também a aprovação da Lei Estadual nº 18.977/2022, que dispõe sobre prestação de serviços locais de gás canalizado no Estado do Ceará.

A retomada da economia no Ceará foi expressiva e acima da apresentada no cenário nacional. Em setembro de 2021, a previsão do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE para o crescimento da economia cearense no ano de 2021 estava em 6,24%. Para 2022, o instituto projeta um crescimento de 7,73%, conforme previsão inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA 2022. Em relação ao mercado de gás natural no Ceará, tem-se observado uma recuperação da demanda deste energético, com destaque para a retomada do consumo industrial. Entretanto, a alta do custo do gás deve impactar no ritmo de crescimento do consumo no Estado, com expectativa de redução da demanda em alguns segmentos, especialmente no primeiro semestre de 2022.

No ano de 2021, a CEGÁS atendeu a uma base de clientes constituída por 24.122 usuários do serviço de gás canalizado regulado pela Agência Reguladora do Estado do Ceará – ARCE. Isso representou um crescimento de 7,4% no residencial, 5,9% no comercial, 1,5% no industrial, 6,8% no automotivo, resultando em um aumento global de 7,3% em relação a quantidade de clientes do ano anterior (22.482 clientes atendidos). O EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*), ou lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização, totalizou em 2021 o montante de R\$ 136,2 milhões, o que significa um aumento na ordem de 53,9% em relação ao ano anterior (R\$ 88,4 milhões). O Lucro Líquido, por sua vez, foi de R\$ 124,7 milhões, o que representa um aumento da ordem de 98,4% em relação ao ano anterior (R\$ 63,4 milhões). Houve impactos não recorrentes no EBITDA e no Lucro Líquido como consequência, principalmente de dois efeitos: o reconhecimento total, em janeiro/2021, do *Take or Pay* de um cliente industrial, equivalente a R\$ 19,9 milhões, acumulado durante a vigência contratual, que encerrou em 31/12/2020, equivalente ao volume de 13.032 m³; e, o reconhecimento de receita de, aproximadamente, R\$ 63,0 milhões (R\$ 36,7 milhões de principal mais R\$ 26,3 milhões de atualização monetária) referente ao ICMS-ST na base de cálculo do PIS/COFINS transitado em julgamento em 02/12/2021, com decisão judicial favorável à CEGÁS.

O ano também foi marcado por importantes realizações, entre as quais destacamos:

- Incremento de 1.640 clientes no ano, aumento de 7,3% da base de clientes;
- Distribuição de 535 mil m³/dia de gás aos mercados industrial, comercial, residencial, automotivo, o que corresponde a um aumento de 13,0% na média de consumo diário;
- Recorde de incremento na rede de distribuição em único ano (52,9 km), alcançando 607,2 km de extensão de rede;
- Investimentos da ordem de R\$ 31,4 milhões, sendo R\$ 28,1 milhões investidos na expansão da rede de distribuição de gás natural e R\$ 3,3 milhões na aquisição de equipamentos;
- O lucro da Companhia atingiu R\$ 124,7 milhões, maior lucro da história da CEGÁS;
- Realização de leilão com vitória da Portocem para consumo de 8 milhões de m³/dia a partir de 2026;
- Certificação nas normas ISO 9001, 14001 e 45001;
- Top 3 no ranking de transparência da CGE das empresas públicas e sociedades de economia mista do Ceará.

Para 2022, a estratégia é investir na expansão do mercado de gás e em ações comerciais com ênfase na interligação e atendimento a novas áreas na Região Metropolitana de Fortaleza, na saturação daquelas já atendidas, na contratação de novos suprimentos, na diversificação dos usuários e na manutenção da competitividade em relação a outros energéticos, assim como na implantação de melhorias na gestão e na consolidação do compromisso com a sustentabilidade nos segmentos industrial, automotivo, comercial e residencial, objetivando nortear o crescimento da Companhia em consonância com sua Missão e Visão.

Destacados

| | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|----------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Receita Bruta de Gás (*) | 568.246 | 499.506 | 695.155 | 457.868 | 716.313 |
| Gás comprado para revenda | 344.018 | 262.349 | 405.083 | 244.057 | 414.552 |
| Custeio | 38.938 | 44.246 | 48.717 | 46.532 | 55.500 |
| Lucro líquido | 61.637 | 56.674 | 60.853 | 63.395 | 124.675 |
| EBITDA | 175.434 | 73.124 | 83.794 | 88.388 | 136.161 |
| Remuneração dos acionistas | 46.682 | 42.901 | 46.374 | 48.277 | 62.744 |
| Ativo Total | 395.963 | 393.907 | 492.128 | 395.063 | 431.138 |
| Passivo | 215.650 | 204.090 | 285.547 | 171.049 | 177.495 |
| Patrimônio Líquido | 180.314 | 189.817 | 206.581 | 224.014 | 253.643 |

(*) Não inclui o montante referente à Receita de Construção.

| Conselho de Administração | Diretoria Executiva |
|---|---|
| Antonio Carlos Dias Coelho Efeito e presidente | Hugo Santana de Figueiredo Junior Presidente |
| Domingos José da Oliveira Efeito e vice - presidente | Fábio Augusto Norrão Diretor Adm e Financeiro |
| Jaime Turazzi Naveiro Efeito | Flávio Borges Barros Diretor Técnico e Comercial |
| Hugo Santana de Figueiredo Junior Efeito | Enildo Cezar Santana Valadares Diretor Técnico e Comercial |
| Stênio da Silva Moreira Efeito | |
| Silvino Gentil Campos Junior Efeito | |
| Ricardo Antonio Cavalcanti Araújo Efeito | |
| Francisco Alves dos Santos Efeito | |

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A CEGÁS, em atendimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores e à Sociedade em geral, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, juntamente com o relatório dos Auditores Independentes e o parecer do Conselho Fiscal da Companhia.

A criação da CEGÁS e as nossas atividades

Alguns serviços e atividades são considerados essenciais pois estão ligados diretamente às necessidades básicas da coletividade, sendo necessários ao desenvolvimento da sociedade. Esses serviços podem ser fornecidos efetivamente pelo Estado ou por meio de seus delegados, quando se tratar de serviços de utilidade pública.

Nesse contexto, a Constituição Federal, em seu artigo 25, parágrafo 2º, concebeu os serviços locais de gás canalizado como serviço essencial, atribuindo aos Estados a competência para explorá-los diretamente, ou mediante concessão.

Assim, o Estado do Ceará, para assegurar o cumprimento da atribuição que lhe fora destinada com exclusividade pela Constituição Federal, criou, através da Lei Estadual nº 12.010/92, a Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS, uma empresa de economia mista, constituída em 18 de outubro de 1993 sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, e delegou a esta Companhia os direitos de exploração dos serviços de distribuição de gás, através do Contrato de Concessão assinado em 30 de dezembro de 1993.

Alinhada diretamente aos interesses da sociedade cearense, a CEGÁS é um importante instrumento para a promoção do desenvolvimento econômico e social da região, desempenhando papel relevante na matriz energética do Estado do Ceará. Para atingir os seus objetivos estratégicos, a CEGÁS pauta suas ações no interesse social, na transparência, na busca incessante da qualidade dos serviços prestados e na satisfação dos seus usuários, atentando para os princípios e as regras de total segurança no desempenho de suas atividades.

Missão: Distribuir gás canalizado, contribuindo com soluções energéticas eficientes e seguras para o desenvolvimento sustentável do Ceará.

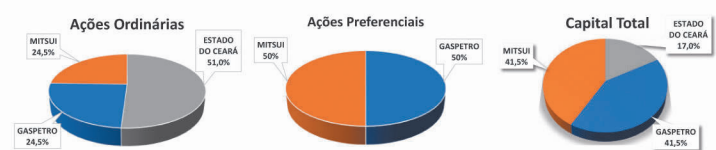
Visão 2028: Estar presente e ser reconhecida pela inovação e excelência dos serviços prestados no Estado do Ceará.

- Valores:**
- Somos comprometidos com os resultados;
 - Temos foco no cliente;
 - Buscamos a melhoria contínua;
 - Atuamos com ética e transparência;
 - Praticamos consciência ecológica e social;
 - Preservamos a vida; e,
 - Nós nos colocamos no lugar dos outros.

Participação Societária

A CEGÁS tem como acionista controlador o Governo do Estado do Ceará com 51% de participação no Capital Volante da Companhia. Os outros acionistas são a Petrobras Gás S.A. – GASPETRO, subsidiária da Petrobras Brasileira S.A. – PETROBRAS, e a Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda, empresa com capital privado controlada pela Mitsui & Co. Ltd, com sede no Japão. O capital está dividido em ações ordinárias e preferenciais, e a participação de cada sócio está demonstrada na tabela a seguir.

| COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA | AÇÕES ORDINÁRIAS | | AÇÕES PREFERENCIAIS | | TOTAL DE AÇÕES | |
|------------------------------|------------------|-------|---------------------|-------|----------------|-------|
| | Nº AÇÕES | % | Nº AÇÕES | % | Nº AÇÕES | % |
| ACIONISTAS | | | | | | |
| Estado do Ceará | 6.698.000 | 51,0 | 0 | - | 6.698.000 | 17,0 |
| Petrobras Gás S/A – GASPETRO | 3.217.667 | 24,5 | 13.133.333 | 50,0 | 16.351.000 | 41,5 |
| Mitsui Gás e Energia Ltda. | 3.217.667 | 24,5 | 13.133.333 | 50,0 | 16.351.000 | 41,5 |
| TOTAIS | 13.133.334 | 100,0 | 26.266.666 | 100,0 | 39.400.000 | 100,0 |



Resalte-se que a PETROBRAS se encontra em processo de alienação de suas ações na GASPETRO, tendo selecionado como adquirente a COMPASS GÁS E ENERGIA S.A. A conclusão dessa alienação aguarda posicionamento definitivo do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, tendo o Estado do Ceará já manifestado o interesse em exercer o direito de preferência na aquisição das ações da GASPETRO na CEGÁS, na proporção de sua participação acionária.

Governança Corporativa e Gestão de Riscos

A Governança Corporativa tem como propósito assegurar a integridade, a regularidade, a transparência e a confiabilidade de uma empresa, bem como as melhorias no seu desempenho econômico. Nesta perspectiva, a Administração da Companhia busca estabelecer relacionamentos com princípios éticos, trabalhando para atingir a excelência empresarial, melhorando continuamente as práticas e atitudes, visando potencializar ações que garantam a perenidade do negócio.

Desta forma, o Código de Conduta e Integridade, a Política de Indicação, Política de Partes Relacionadas, a Política de Portas-Vozes, a Política de Sigilo de Documentos e Divulgação de Informações e os demais normativos da Companhia estão sempre refletindo os melhores modelos de governança, pautados na transparência, equidade, prestação de contas para a sociedade e responsabilidade corporativa. Sob essa ótica vale destacar o Código de Conduta e Integridade, que traz orientações quanto a conflito de interesses, detalhada as ações de combate à corrupção, e adota mecanismos de proteção e/ou anonimato que impeçam qualquer espécie de retaliação à pessoa que utilizar o canal de denúncias. A CEGÁS também treinou seu corpo gestor para impedir a prática de assédio e violência psicológica e incentivar o respeito à diversidade e à igualdade.

No quesito transparência, a Companhia disponibiliza no Portal da Transparência do Governo do Estado do Ceará, em cumprimento à Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação Pública), uma série de informações de interesse dos usuários e da sociedade, além de possuir uma estrutura interna de *call center* para atender as demandas oriundas dos seus usuários e um canal de ouvidoria destinado a denúncias de Companhia. Vale considerar que no ano de 2021 a Companhia foi classificada entre os 3 primeiros lugares no ranking de transparência da CGE das empresas públicas e sociedades de economia.

Em 2021, a Ouvidoria da CEGÁS desempenhou sua função de canal de comunicação com o cidadão e recebeu um total de 16 manifestações, sendo 6 reclamações, 2 solicitações de serviço e 8 denúncias, com um índice de resolubilidade de 100%. A satisfação do cidadão não pode ser medida tendo em vista que não houve resposta ao questionário por nenhum manifestante.

A Companhia trabalhou planos de ação para sanar não conformidades e atuar preventivamente no intuito de atender aos órgãos reguladores e fiscalizadores, além de atuar na disseminação da cultura de *Compliance* entre seus colaboradores.

Em complemento, a CEGÁS mantém também uma estrutura de gestão de riscos e controle interno que tem como objetivo prevenir a não ocorrência de ações prejudiciais à Companhia, observando as normas legais e assegurando que as ações sejam aderentes às diretrizes, às normas e aos procedimentos da empresa.

Para isso, durante o ano de 2021, a CEGÁS atuou no mapeamento e identificação dos fatores de risco e controles de gases de seus processos de maior criticidade, como o processo de Gestão de Rede e Fornecimento de Gás e a revisão do processo de Medição e Faturamento, ambos classificados com grau de riscos extremo. Além disso, também trabalhou em planos de ação para mitigar os riscos inerentes a processos já mapeados anteriormente. É válido destacar que tais riscos podem se dividir em quatro grupos:

Riscos Legais: Riscos de incompatibilidade com as legislações aplicáveis, exigências dos órgãos reguladores e Código de Conduta e Integridade da Companhia.

Riscos Operacionais: Riscos de falhas ou inadequações de processos internos de distribuição de gás que impactam em possíveis perdas, além de aspectos estruturais e relacionados a eventos externos.

Riscos Financeiros: Riscos relacionados à exposição das operações financeiras e das medidas a serem adotadas para ampliação da geração de caixa.

Riscos Estratégicos: São aqueles que podem impactar no valor econômico da marca e na imagem da empresa, estando relacionados diretamente ao cumprimento dos objetivos estratégicos, podendo afetar o cumprimento do plano de negócios e a sustentabilidade da empresa no longo prazo. A CEGÁS possui contrato de compra de gás firme inflexível com a PETROBRAS de 520.000 m³/dia de gás de natural com vigência até dezembro de 2021. Visando a diversificar as fontes supridoras de gás natural e buscar preços mais competitivos para obter condições mais favoráveis de desenvolvimento da região, a Companhia lançou Chamada Pública em setembro de 2020 para o suprimento de gás a partir de 2022, com prazo de entrega das propostas em 2021. No entanto, a Chamada Pública realizada não obteve êxito, uma vez que os fornecedores que foram declarados vencedores declinaram da sua participação.

Assim, em novembro de 2021, a PETROBRAS enviou nova proposta comercial para o fornecimento de gás natural para os próximos anos. Os produtos ofertados na proposta citada implicariam aumento significativo do custo médio ponderado, redução da competitividade e, por conseguinte, possível redução de vendas.

Diante de tal cenário, a Companhia ajuizou, tendo o Estado do Ceará como assistente, Tutela Provisória em Caráter Antecedente em dezembro de 2021, pleiteando a manutenção integral, pelo prazo de 6 (seis) meses, da vigência e de todos os efeitos do Contrato de Compra e Venda de Gás Natural na Modalidade Firme Inflexível celebrado entre CEGÁS e PETROBRAS, vigente em 2021. Tal pleito foi concedido via Mandado de Segurança ainda em dezembro de 2021 e, desde então, a Companhia encontra-se em disputa judicial com a PETROBRAS quanto ao contrato de fornecimento do gás natural e em busca de alternativas junto a outros fornecedores para atender a necessidade do combustível em relação aos usuários do Estado do Ceará.

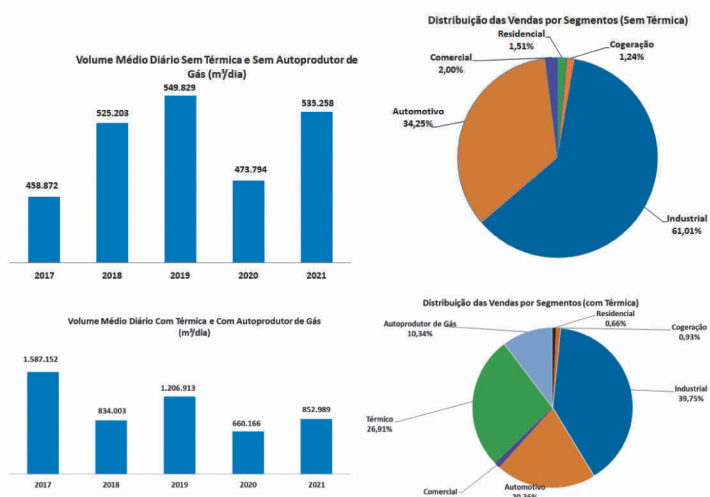
Desempenho e Realização das Metas de 2021

O volume de comercialização planejado para o ano de 2021 foi de 155.000 m³/dia para o segmento térmico, de 591.197 m³/dia para o segmento não térmico, e de 90.000 m³/dia referente ao serviço de utilização do sistema de distribuição de gás natural, totalizando um volume anual projetado de 836.197 m³/dia.

O volume diário realizado em 2021, incluindo os segmentos térmico e não térmico, foi de 852.989 m³/dia, 2,0% superior ao volume diário orçado (836.197 m³/dia), devido principalmente ao segmento térmico, que teve um desempenho 48,1% superior ao orçado. Em relação aos volumes excluindo os clientes do segmento térmico e livre o montante realizado foi de 535.258 m³/dia, ou seja, 90,5% do volume total orçado (591.197 m³/dia).

Em 2021, a Companhia planejou incrementar 5.797 usuários, entretanto devido a pandemia que assolou o país, conseguiu incrementar 1.840, o que representa 28,3% de realização. Assim, encerrou o ano de 2021 com uma carteira de 24.122 usuários atendidos, um aumento de 7,3% em relação ao ano anterior (22.482 usuários atendidos).

Os gráficos abaixo em formato de coluna apresentam a evolução das vendas da Companhia nos últimos cinco anos, e os gráficos em formato de pizza representam a participação de cada segmento da CEGÁS em relação às suas vendas totais, em 2021, considerando, em ambos os casos, o cenário com e sem o consumo no segmento térmico:



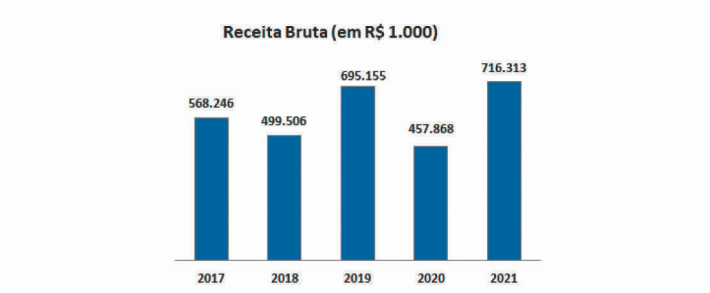
Os segmentos de uso apresentaram a seguinte participação no mercado atendido pela Companhia em 2021:

- o segmento industrial apresentou um volume médio de gás natural comercializado em 2021 de 339.031 m³/dia, o que corresponde a um aumento de 19,0% em relação a 2020 (284.934 m³/dia);
- o segmento comercial apresentou um volume médio de gás natural comercializado em 2021 da ordem de 9.030 m³/dia, o que corresponde a um aumento de aproximadamente 22,9 % em relação a 2020 (7.348 m³/dia);
- o segmento veicular, considerando inclusive a comercialização de gás natural veicular comprimido, apresentou um volume médio comercializado em 2021 da ordem de 173.678 m³/dia, o que corresponde a um aumento de 2,6% em relação a 2020 (169.346 m³/dia);
- o segmento autoprodução (cogeração) apresentou um volume médio comercializado de 7.905 m³/dia, o que corresponde a um aumento de 13,6% em relação ao ano de 2019 (6.955 m³/dia);
- o segmento residencial apresentou um volume médio diário de gás natural comercializado em 2021 da ordem de 5.613 m³/dia, o que corresponde a um crescimento de aproximadamente 7,7 % em relação a 2020 (5.209 m³/dia), aumentando assim o ritmo de crescimento verificado em anos anteriores, fruto da estratégia de expansão traçada pela Companhia neste segmento; e,
- o segmento térmico apresentou um volume médio diário de gás comercializado em 2021 da ordem de 228.543 m³/dia, o que corresponde a um crescimento de aproximadamente 85,9% em relação a 2020 (123.500 m³/dia), justificado pelo despacho para a térmica durante os meses de janeiro, fevereiro e dezembro.

Receita

Em 2021, a CEGÁS distribuiu um total de 311,3 milhões de metros cúbicos de gás natural, incluindo o consumo do segmento térmico, o que correspondeu a uma Receita Bruta de Distribuição da ordem de R\$ 716,3 milhões, cerca de 56,4% superior àquela realizada em 2020 (R\$ 457,9 milhões). Se considerarmos a Receita Bruta de Distribuição *ex-térmica*, esta foi cerca de 51% maior que no ano anterior, passando de R\$ 418,1 milhões em 2020 para R\$ 631,6 milhões em 2021.

O gráfico a seguir apresenta a evolução da Receita Bruta de Distribuição da Companhia no período de 2017 a 2021.



A receita líquida gerada em 2021 alcançou o montante de R\$ 516,7 milhões, detalhadas por cada segmento na tabela a seguir:

| | Receita líquida por segmento (R\$ 1.000) | | | | |
|--------------|--|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Segmentos | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| Industrial | 116.608 | 156.446 | 185.127 | 169.553 | 277.542 |
| Cogeração | 6.623 | 4.481 | 4.046 | 3.506 | 5.412 |
| Automotivo | 98.145 | 134.058 | 154.130 | 114.524 | 142.427 |
| Comercial | 4.829 | 6.136 | 8.020 | 6.349 | 9.525 |
| Residencial | 1.783 | 2.835 | 4.587 | 5.606 | 7.451 |
| Térmico | 212.847 | 62.252 | 160.259 | 33.453 | 71.476 |
| Serviço | 235 | 171 | 169 | 1.634 | 2.880 |
| Total | 441.070 | 366.379 | 516.338 | 334.624 | 516.714 |

É possível observar que todos os segmentos da Companhia apresentaram crescimento na Receita Líquida de 2020 para 2021, resultante do aumento do volume vendido e do aumento da tarifa praticada, principalmente decorrente do repasse de custo de aquisição do gás.

EBITDA e Lucro Líquido

A Margem de Contribuição foi menor 10,5% em relação ao orçado para 2021. Tal fato é decorrente da redução do volume vendido quando comparado ao planejado, que, como dito anteriormente, foi afetado pela segunda onda da pandemia do Novo Coronavírus, impactando de forma significativa os segmentos automotivo e comercial, devido ao fechamento do comércio e ao isolamento social. Em relação ao ano de 2020, houve crescimento de 8,5% na Margem de Contribuição, devido, principalmente, ao desempenho do segmento industrial, que apresentou um crescimento de 18,7% do volume vendido, além do despacho térmico, 85,4% maior que no ano anterior.

O EBITDA, indicador que desconsidera os impostos sobre o lucro, depreciação e amortização, além do resultado financeiro obtido pela Companhia, foi estimado em R\$ 83,5 milhões para 2021, mas atingiu o montante de R\$ 136,2 milhões, o que representa um crescimento da ordem de 63,1% quando comparado ao valor orçado e de 53,9% em relação ao ano anterior (R\$ 88,5 milhões). O EBITDA é um indicador que permite conhecer o quanto a Companhia está gerando de resultado com base exclusivamente nas atividades operacionais, e representou, em 2021, 26,4% da Receita Líquida da Companhia.

O Lucro Líquido em 2021 atingiu a cifra de R\$ 124,7 milhões, o maior da história da CEGÁS, representa crescimento de 112,4% quando comparado ao orçado de R\$ 58,7 milhões, e foi 96,4% maior do que aquele verificado no ano anterior (R\$ 63,5 milhões).

Os impactos no EBITDA e no Lucro Líquido foram consequência do resultado das outras receitas/outras despesas que aumentaram 395,9% em relação ao orçado, passando de 17,2 milhões para 85,4 milhões. Tal fato deve-se ao reconhecimento da receita de *Take or Pay* – TOP de um cliente industrial e a reversão de provisão de contingência fiscal.

Nos contratos com os grandes clientes há a previsão contratual de incidência de penalidades recuperáveis TOP, o qual também prevê o prazo para recuperação dessa penalidade. Findo o prazo de recuperação, tais penalidades, que são controladas no passivo da Companhia, são reconhecidas como receita.

Até dezembro de 2020, um cliente industrial acumulou, durante a vigência do contrato, o montante de R\$ 19.936, a título de TOP recuperável. Tendo em vista o final do contrato, a Companhia finalizou as negociações do novo contrato em janeiro de 2021, o qual não especificou nenhuma transferência de créditos de TOP ou a possibilidade de recuperação de penalidades referentes a contratos anteriores. Por esta razão, esse montante foi reconhecido no resultado da CEGÁS em janeiro de 2021, impactando o valor das "Outras receitas operacionais", o que explica, em parte, o aumento do resultado em relação ao mesmo período do ano anterior.

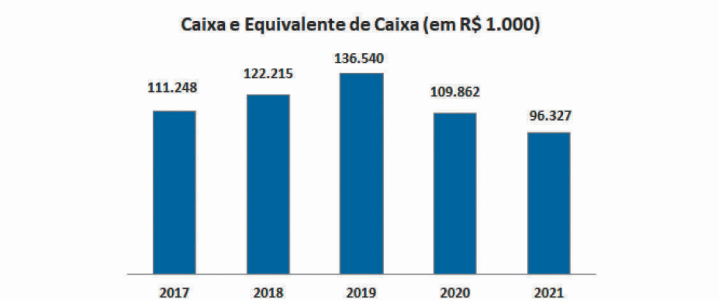
Além disso, a "Reversão provisões de contingência fiscais" também apresentou aumento considerável em relação ao ano de 2020. A partir de dezembro de 2006, a Companhia passou a constituir uma provisão para contingência tributária, por uma possível iminência de atuação fiscal, pelo procedimento tributário de creditar-se de PIS e COFINS sobre o ICMS que é pago pela aquisição de gás natural da Petrobras por substituição tributária.

Concomitantemente, a Companhia ingressou na justiça, através de uma ação declaratória, pleiteando o direito de não incidência de PIS e COFINS sobre os valores do ICMS embutidos nas notas fiscais de aquisição de gás e repassados na tarifa do gás. Através de liminar concedida, a Companhia efetuou até janeiro de 2020 o depósito judicial no montante de R\$ 6,8 milhões referente ao PIS e de R\$ 29,9 milhões referente à COFINS. Em 02/12/2021, a ação transitou em julgado, com decisão favorável a CEGÁS. O juízo proferiu despacho em 16/12/2021 com a determinação de que o depositário providenciasse a transferência dos valores depositados judicialmente à conta corrente da Companhia. Assim, em dezembro de 2021, encerrou-se por completo a probabilidade de saída de recursos para liquidação obrigatória, o que implicou a necessidade de reversão da provisão e o reconhecimento da receita (reversão de contingência fiscal) equivalente a R\$ 36,7 milhões, sendo R\$ 6,8 milhões correspondente ao PIS e R\$ 29,9 milhões referente ao COFINS.

Foi reconhecida, ainda, na rubrica "Outras Receitas Financeiras", a atualização monetária dos Depósitos judiciais referente à ação de inconstitucionalidade da incidência do ICMS ST (Substituição Tributária) na base de cálculo do PIS/COFINS, no montante de R\$ 26,3 milhões. Em relação a essa ação, no total, foi reconhecido como receita o valor de aproximadamente R\$ 63,0 milhões.

Fluxo de Caixa

Mesmo após a realização de investimentos da ordem de R\$ 31,4 milhões, do pagamento de dividendos aos acionistas referentes ao ano de 2020 no montante de R\$ 39,7 milhões e do pagamento antecipado dos dividendos referentes ao ano de 2021 no valor de R\$ 43,8 milhões, a Companhia encerrou o ano de 2021 com um saldo de Caixa e Equivalente de Caixa de R\$ 96,3 milhões. Esses valores estão vinculados ao plano plurianual da Companhia aprovado na 241ª reunião do Conselho de Administração, ocorrida em 29/12/2021 e evidenciam a solidez da situação financeira da Companhia. A tabela abaixo apresenta a evolução do caixa da CEGÁS nos últimos 5 anos.



Investimentos

Para a definição dos investimentos a serem realizados, o Contrato de Concessão firmado entre o Estado do Ceará e a CEGÁS estabelece indicadores de rentabilidade mínimos a serem verificados através de estudos de viabilidade econômica que consideram as estratégias de crescimento da Companhia, o mercado potencial das regiões abrangidas pela distribuição, e os níveis de rentabilidade para cada projeto e para a concessão como um todo.

Nesse contexto, a Companhia previu investir no ano de 2021 o montante de R\$ 41,6 milhões na expansão de 52,3 km da sua rede de distribuição. Para esta meta, a realização financeira foi de 75,4%, o que significa que foram investidos R\$ 31,4 milhões, dos quais R\$ 28,0 milhões foram destinados à expansão da sua malha de gasodutos, a qual passou de 554,4 km para 607,3 km de extensão ao final de 2021, com execução física maior do que a prevista. Cabe ressaltar que foram priorizadas obras em Pólietileno de Alta Densidade – PEAD em detrimento das obras de aço, que possuem custo de aquisição menor, influenciando na execução financeira dos investimentos. Os investimentos realizados proporcionaram aumento de produtividade, confiabilidade e incremento de qualidade no produto oferecido aos usuários.

Dentre os principais investimentos, destacam-se:

- ampliação de infraestrutura da CEGÁS com rede estruturante e ramais para novos clientes. Foram lançados gasodutos em polietileno com comprimentos aproximados de 3,4 km no bairro Papicu, 18,2 km no bairro de Fátima, 9,2 km no bairro Iracema e 13,7 km nos bairros Cambé e Messejana;
- construção da

avaliação dos balanços energéticos em tubulações; a realização da análise de conteúdo energético resultante da nova composição gasosa com a injeção de hidrogênio; a verificação do atendimento à regulação pertinente e aderência às resoluções da ARCE e da ANP para distribuição de gás canalizado a partir de novas composições; e, o levantamento das tecnologias de separação do hidrogênio do gás natural tendo em vista uma eventual necessidade de fornecer hidrogênio puro. O prazo estimado de duração da fase de pesquisas é de 8 meses.

ii) **Dispositivo de Leitura Remota do Consumo de Gás Natural Baseado em Redes Neurais Binarizadas** (proposto pelo pesquisador Otávio Alcantara de Lima Junior, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE): Tem por objetivo desenvolver um aplicativo para smartphones para realizar a leitura de medidores analógicos de gás natural, bem como integrar os dados com os sistemas de faturamento e cobrança da Companhia. O prazo estimado de duração da fase de pesquisas é de 12 meses.

Gestão de Pessoas e Segurança e Saúde do Trabalho

A Gestão da Companhia dedica especial atenção ao Capital Humano, seja em relação ao desenvolvimento dos seus empregados com ações de capacitação, seja na oferta de melhores condições de qualidade de vida ou, ainda, na oferta de um pacote de remuneração (salários + benefícios) compatível com o mercado.

Parte fundamental para o desenvolvimento da Companhia, o quadro de profissionais da CEGÁS é formado por 111 colaboradores, sendo 28 gestores, 63 analistas e técnicos contratados através de concurso, 15 estagiários, 1 aprendiz e 1 colaborador cedido, além de 3 Diretores.

| QUADRO DE COLABORADORES | |
|---------------------------|-----|
| Diretores | 3 |
| Comissionados | 19 |
| Comissionados Concursados | 9 |
| Concursados | 63 |
| Cedidos | 1 |
| Estagiários | 15 |
| Jovem Aprendiz | 1 |
| Total | 111 |

Como estratégia de reconhecimento da performance dos empregados, a CEGÁS mantém um Plano de Empregos, Carreiras e Salários (PECS) atual e alinhado às melhores práticas do mercado. A CEGÁS aplicou sua ferramenta de avaliação de desempenho, de maneira informatizada, que, dentre outras coisas, buscou identificar as eficiências e deficiências em termos de conhecimentos, habilidades e atitudes de todos os seus empregados. No ano de 2021, 94% do seu quadro funcional efetivo recebeu progressão financeira, por reconhecimento da sua performance.

Baseado nos resultados da avaliação, a alta gestão estabeleceu um plano de desenvolvimento individual para cada empregado, buscando, com isso, qualificá-los e melhorar a performance destes no desempenho de suas atividades.

Sob essa ótica, cabe destacar o tempo e os recursos que a CEGÁS dedicou para aprimorar os serviços prestados à sociedade por seus empregados. Assim, destaque-se que, em 2021, a CEGÁS investiu em treinamento o montante de R\$ 223 mil, promovendo, em torno de 8.038 horas de capacitação. Deste montante de horas, 35% foram realizadas pelos Gestores da Companhia, dentro do seu programa de desenvolvimento. Cumpre lembrar que, mesmo diante de um cenário de pandemia, a Companhia continuou buscando alternativas para investir no seu corpo funcional, sendo 95% dos treinamentos realizados em regime virtual ou EAD (Educação a Distância).

Tendo o objetivo de fortalecer a Cultura e a Identidade da Companhia, foi contratada uma Consultoria de Desenvolvimento Humano, cujo trabalho consiste em promover o desenvolvimento dos gestores alinhado às estratégias do negócio.

A CEGÁS entende que a melhoria nos índices de qualidade de vida de seus colaboradores impacta positivamente o rendimento no trabalho e, como consequência, os resultados da Companhia. Por este motivo, deu início ao projeto “Esporte com Gás”, no qual organiza eventos para os empregados estimulando a prática de alguma modalidade esportiva.

Em 2021, a Companhia deu continuidade às ações de combate e prevenção ao coronavírus. Assim, foi instalado um comitê de retomada relacionado à pandemia de COVID-19, o qual semanalmente era apresentada à alta gestão a situação dos principais indicadores epidemiológicos no Brasil, no Ceará e na CEGÁS. Nesse período, foram realizados acompanhamento, controle e o monitoramento no tocante à vacinação de 1ª e 2ª dose, e dose de reforço. Paralelamente, a equipe de saúde fez o acompanhamento dos colaboradores do grupo de risco para uma melhor qualidade de vida para eles. Sobre os protocolos de segurança para retorno às atividades, a Companhia atualizou as versões de acordo com cada cenário, os quais eram atualizados conforme as diretrizes do Governo Estadual e do Ministério da Saúde, chegando na versão número 14.

Sustentabilidade

Alinhada às estratégias de desenvolvimento sustentável e preservação do meio ambiente, a Companhia dá continuidade ao seu projeto de distribuição de gás natural renovável (GNR ou biometano). O uso do biogás do aterro de Ixo da Região Metropolitana de Fortaleza é um exemplo bem-sucedido de aliança público-privada e tem se apresentado como uma alternativa confiável. O sistema de distribuição de GNR encontra-se integrado com a rede de distribuição de gás natural existente e sua participação no mercado não térmico da CEGÁS, em 2021, foi de aproximadamente 13%, um dos maiores percentuais do mundo de participação de biometano injetado na rede, como já pontuado.

Além disso, a CEGÁS desenvolve ações de prevenção e mitigação dos danos ambientais e socioeconômicos de acordo com a legislação vigente. Como exemplos reais de sustentabilidade ambiental, pode-se mencionar o Estudo Técnico dos Impactos de Implantação do Gasoduto da Expansão do Polo Industrial da Guaiúba na Terra Indígena Pitaguary e nas Aldeias Horto, Central, Olho d'Água e Monguba, de Etnia Pitaguary, onde estão contemplados os municípios de Guaiúba, Maracanaú e Pacatuba, no Estado do Ceará.

Outro caso o qual enquadrar-se no arcabouço em evidência foi a avaliação de impacto na Comunidade de Quilombola dos distritos de Alto Alegre e Base, situados nos municípios de Horizonte e Pacajus em que o grupo étnico e cultural citado será influenciado pelo empreendimento do Polo Industrial de Pacajus, onde será construída uma rede de distribuição de gás natural para alimentação da área industrial descrita.

Distribuição da Riqueza Gerada

A riqueza gerada pela Companhia tem o potencial para mudar e melhorar o ambiente social. Agrega valor ao Estado através do recolhimento de tributos; aos trabalhadores com o pagamento de salários; aos investidores, acionistas e sócios com a distribuição dos lucros; aos funcionários com o pagamento dos juros; ao ambiente com a manutenção dos elementos essenciais à vida e a si mesma, garantindo a sua continuidade.

Em 2021, a riqueza gerada pela empresa alcançou o patamar de R\$ 191,3 milhões, sendo distribuída da seguinte forma: R\$ 18,3 milhões com o pagamento de salários e benefícios; R\$ 46,0 milhões com recolhimento de tributos; R\$ 2,3 milhões com remuneração do capital de terceiros; e, R\$ 12,7 milhões com remuneração do capital próprio.

Outras contribuições também foram percebidas pela comunidade, como a ampliação da malha de distribuição, que possibilitou o acesso de mais pessoas a utilização do gás natural.

A distribuição da riqueza gerada pela CEGÁS entre os diversos segmentos da sociedade pode ser observada no quadro a seguir.

| Descrição | Valores em milhões | | | |
|----------------------|--------------------|-------|-------|-------|
| | 2021 | % | 2020 | % |
| Colaboradores | 18,3 | 6,4 | 12,7 | 4,7 |
| Governo | 46,0 | 16,1 | 24,2 | 9,0 |
| Capital de Terceiros | 96,6 | 33,8 | 169,0 | 62,8 |
| Acionistas | 124,7 | 43,7 | 63,4 | 23,5 |
| Total | 285,6 | 100,0 | 269,3 | 100,0 |

Perspectivas e Estratégias para o Futuro

O Plano de 2022 a 2026 está alinhado com o desafio traçado pela Companhia, qual seja, a expansão do mercado de gás e ações comerciais com ênfase na interiorização, atendimento à novas áreas na região metropolitana de Fortaleza, saturação daquelas já atendidas, diversificação dos usuários e manutenção da competitividade, assim como a implantação de melhorias na gestão e consolidação do compromisso com a sustentabilidade nos segmentos industrial, automotivo, comercial e residencial, visando a nortear o crescimento da Companhia em consonância com a sua Missão e com a sua Visão.

Com foco nesta Visão de Futuro para o ano de 2026, que é “Estar presente e ser reconhecida pela inovação e excelência dos serviços prestados no Estado do Ceará”, a CEGÁS continua em um ciclo com excelentes perspectivas para o seu desenvolvimento de forma sustentável, como se depreende das ações abaixo, algumas das quais, já são uma realidade:

- i) desenvolver novos sistemas de distribuição para atender ao mercado existente, além da interiorização do gás para mercados polo;
- ii) interiorizar o Gás Natural, saturando as principais cidades do Estado, como: CRAJUIBAR (Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha), Sobral, Russas, Limoeiro do Norte, Iguatu, Jaguaribe, Tabuleiro do Norte e Pindoretama;
- iii) acelerar a estratégia de ampliação do atendimento aos segmentos comercial e residencial,

- destacando-se o planejamento da expansão da rede da CEGÁS, visando o atendimento aos bairros de Fortaleza, como Centro, Aldeota, Dionísio Torres, Cambéa, Messejana, Praia de Iracema, Bairro de Fátima e Praia do Futuro;
- iv) manter a estratégia de ampliação do atendimento ao segmento industrial com foco nos polos industriais dos municípios de Pacajus e Eusébio;
- v) manter as tarifas de gás natural em patamares de atratividade frente aos energéticos substitutos;
- vi) buscar sinergia com os principais projetos liderados pelo Governo do Estado;
- vii) utilizar o Gás Natural Comprimido (GNC) ou o Gás Natural Liquefeito (GNL) para a interiorização do gás, onde o desenvolvimento da infraestrutura básica para o gás canalizado ainda não é viável, e analisar outras tecnologias que viabilizem a competitividade no transporte em longas distâncias;
- viii) estudar, junto com seus acionistas, alternativas para garantir o suprimento do gás natural no Estado, desenvolvendo expertise em contratação e gestão de suprimento deste insumo, de modo a permitir que a CEGÁS esteja preparada para os possíveis novos cenários que se aproximam, inclusive com a perspectiva de entrada de novos agentes no mercado.

Metas para 2022

Para 2022, as principais metas e expectativas da Companhia são as seguintes:

Metas de Investimentos

- i) Investimentos no montante de R\$ 30,8 milhões na expansão e saturação da rede de distribuição de gás, principalmente, nos municípios Fortaleza, Eusébio, Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, São Gonçalo/Peçém, e na melhoria das ETCs já existentes;
- ii) Investimento administrativo no valor de R\$ 1,5 milhão compostos por: aquisição de software de gestão, material e equipamentos de manutenção, de oficina e de comunicação, além de edificações e melhoramento para atender às áreas administrativas e operacionais da Companhia.

Metas Comerciais

- i) Aumento do uso de gás natural pelo segmento industrial, com volume previsto de comercialização de 320.046 m³/dia de gás natural;
- ii) Aumento do uso de GNV, em função da sua competitividade frente à gasolina e ao etanol, com volume previsto de comercialização para 2022 de 173.838 m³/dia de gás natural;
- iii) Contratação de 7.280 unidades habitacionais e 160 estabelecimentos comerciais.

Metas Operacionais

- i) Construção de 35 km de rede de distribuição de gás, com destaque para os Bairros Cambéa e Aldeota, o Polo Industrial do Eusébio e o município de Pacajus;
- ii) Garantia de confiabilidade operacional da infraestrutura de gás natural (melhorias na rede de distribuição);
- iii) Recadastramento da Rede de Distribuição da CEGÁS; e,
- iv) Elaboração de aproximadamente 80 km de novos projetos de gasodutos.

Metas Regulatórias

- i) Desenvolvimento de ferramenta que contemple os cenários de compra de gás natural a partir de diferentes fornecedores, bem como apresente as tabelas de venda de gás para todos os segmentos atendidos pela Companhia; e,
- ii) Adequação das Resoluções da ARCE à nova Lei Estadual do Gás.

Estratégias e Metas de Governança

- i) Garantia de suprimento, buscando diversificar suas fontes de fornecimento de gás natural, através de Chamada Pública 2022 para contratação de novos fornecedores;
- ii) Mapeamento de processos, gerenciamento de riscos e de não conformidades;
- iii) Acompanhamento da execução de obrigações periodicamente definidas em Lei e/ou melhores práticas, com vistas ao fortalecimento do *Compliance*.

AGRADECIMENTOS

Na conclusão deste relatório, a diretoria da CEGÁS expressa sua gratidão aos nossos Acionistas, pela confiança depositada em suas ações; aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal; aos nossos clientes/usuários – motivo maior do nosso sucesso; aos nossos parceiros comerciais; aos fornecedores que prestaram os seus relevantes serviços a esta Companhia na realização dos seus investimentos e aqueles que nos levaram aos bons resultados acima relatados, os nossos dedicados colaboradores.

Por último, gostaríamos de agradecer aos Órgãos e Entidades da Administração Federal, Estadual e Municipais que, de alguma forma, contribuíram positivamente para o bom desempenho da Companhia durante o ano de 2021.

| DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de Reais) | | | |
|---|------------------|----------------|----------------|
| ATIVOS CIRCULANTES | Nota Explicativa | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Caixa e equivalentes de caixa | Nota 7 | 96.327 | 109.862 |
| Aplicações Financeiras | Nota 8 | 13.234 | 15.264 |
| Contas a receber de clientes | Nota 9 | 53.127 | 25.135 |
| Contas a receber de partes relacionadas | Notas 9, 10 e 34 | 1.453 | 1.293 |
| Estoques | Nota 11 | 1.238 | 789 |
| Tributos a recuperar | Nota 12 | 5.936 | 2.773 |
| Créditos nas operações de aquisição de gás | Notas 13 e 34 | 756 | 536 |
| Despesas antecipadas | Nota 15 | 367 | 402 |
| Antecipação férias/Cheques em Cobrança | | 46 | 139 |
| Total dos ativos circulantes | | 159.250 | 154.213 |
| NÃO CIRCULANTES | | | |
| Contas a receber de clientes | Nota 9 | 22.936 | 23.031 |
| Tributos diferidos | Nota 12 | 4.161 | 16.405 |
| Depósitos Judiciais | Nota 14 | 76.351 | 49.498 |
| Depósito Reinvestimento | Nota 16 | 2.630 | 1.149 |
| Investimentos | 1 | 1 | 1 |
| Imobilizável | Nota 17 | 13.958 | 10.384 |
| Intangível | Nota 18 | 151.850 | 140.394 |
| Total dos ativos não circulantes | | 271.887 | 240.850 |
| TOTAL DOS ATIVOS | | 431.137 | 395.063 |
| PASSIVOS CIRCULANTES | Nota Explicativa | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Fornecedores | Nota 19 | 84.025 | 42.562 |
| Empréstimos e financiamentos | Notas 20 e 34 | 1.035 | 1.714 |
| Obrigações trabalhistas e encargos sociais a pagar | | 10.060 | 2.420 |
| Imposto de renda e contribuição social a pagar | | - | 72 |
| Contas a pagar a parte relacionadas | Nota 34 | 43 | 96 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar | Nota 24 | 9.851 | 7.457 |
| Participações no Resultado a Pagar | | 3.821 | 9 |
| Débitos nas operações de venda de gás | Nota 21 | 2.559 | 522 |
| Provisão para contingências | Nota 23 | 237 | 8 |
| Cações/Valores em Controvérsia/Subvenções | | 196 | 202 |
| Total dos passivos circulantes | | 111.827 | 55.062 |
| NÃO CIRCULANTES | | | |
| Empréstimos e financiamentos | Notas 20 e 34 | 29.464 | 23.512 |
| Débitos nas operações de venda de gás | Nota 21 e 34 | 23.777 | 43.713 |
| Provisão para contingências | Nota 23 | 12.306 | 48.595 |
| Subvenções/Participação Financeira | | 120 | 167 |
| Total dos passivos não circulantes | | 65.667 | 115.987 |
| TOTAL DOS PASSIVOS | | 177.494 | 171.049 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | |
| Capital Social | Nota 25 | 161.299 | 148.660 |
| Reserva de Lucro | Nota 32 | 48.657 | 43.143 |

| Dividendos Adicionais Propostos | Nota 24 | 43.687 | 32.211 |
|---|------------------|----------------|----------------|
| Total do patrimônio líquido | | 253.643 | 224.014 |
| TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 431.137 | 395.063 |
| (As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.) | | | |
| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Valores expressos em milhares de Reais) | | | |
| | Nota Explicativa | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| RECEITA LÍQUIDA - VENDA DE GÁS E SERVIÇOS | Nota 26 | 516.714 | 334.624 |
| RECEITA DE CONSTRUÇÃO | Nota 26 | 31.381 | 24.952 |
| CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS | Nota 27 | (444.290) | (266.330) |
| CUSTO DE CONSTRUÇÃO | Nota 27 | (31.381) | (24.952) |
| LUCRO BRUTO | | 72.424 | 68.294 |
| RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS | | 43.131 | 2.209 |
| Despesas Gerais e Administrativas | Nota 28 | (42.232) | (29.026) |
| Outras Receitas/Despesas Operacionais Líquidas | Nota 29 | 85.363 | 31.235 |
| LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO | | 115.555 | 70.503 |
| RESULTADO FINANCEIRO | Nota 30 | 31.075 | 1.107 |
| Receitas Financeiras | | 32.209 | 4.285 |
| Despesas Financeiras | | (1.134) | (3.178) |
| LUCRO ANTES DO IR E DA CSLL | | 146.630 | 71.610 |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | Nota 31 | (38.547) | (21.783) |
| Correntes | | (26.304) | (22.117) |
| Diferidos | | (12.243) | 335 |
| INCENTIVO FISCAL DE REDUÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA | | 16.592 | 13.567 |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | | 124.675 | 63.395 |
| LUCRO POR AÇÃO | Nota 33 | 3,16 | 1,61 |
| (As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.) | | | |
| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (Valores expressos em milhares de Reais) | | | |
| | Nota Explicativa | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | | 124.675 | 63.395 |
| OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES | | - | - |
| RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO | | 124.675 | 63.395 |
| (As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.) | | | |

| DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Valores expressos em milhares de Reais) | | | | | |
|--|----------------|---------------------------------------|------------------------------|-------------------|----------------|
| | CAPITAL SOCIAL | RESERVAS DE LUCROS INCENTIVOS FISCAIS | DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO | LUCROS ACUMULADOS | TOTAL GERAL |
| SALDOS EM 31/DEZ./19 | 136.813 | 27.363 | 12.509 | - | 206.581 |
| Aumento de Capital | | | | | |
| Com reservas de lucros | 11.847 | - | (11.847) | - | - |
| Lucro Líquido do Exercício | - | - | - | 63.395 | 63.395 |
| Destinação do Lucro Líquido do Exercício: | | | | | |
| Constituição de reserva legal | - | 2.369 | - | (2.369) | - |
| Constituição de reserva de incentivo fiscal | - | - | 12.749 | (12.749) | - |
| Dividendos a pagar | - | - | (29.896) | (7.457) | (37.353) |
| Dividendos adicionais propostos | - | - | 32.211 | (32.211) | - |
| Juros sobre o capital próprio | - | - | - | (8.609) | (8.609) |
| SALDOS EM 31/DEZ./20 | 148.660 | 29.732 | 13.411 | 32.211 | 224.014 |
| Aumento de Capital | | | | | |
| Com reservas de lucros | 12.639 | - | (12.639) | - | - |
| Lucro Líquido do Exercício | - | - | - | 124.675 | 124.675 |
| Destinação do Lucro Líquido do Exercício: | | | | | |
| Constituição de reserva legal | - | 2.528 | - | (2.528) | - |
| Constituição de reserva de incentivo fiscal | - | - | 15.625 | (15.625) | - |
| Dividendos a pagar | - | - | (32.211) | (9.851) | (42.062) |
| Dividendos adicionais propostos | - | - | 43.687 | (43.687) | - |
| Juros sobre o capital próprio | - | - | - | (9.205) | (9.205) |
| Antecipação de dividendos | - | - | - | (43.779) | (43.779) |
| SALDOS EM 31/DEZ/21 | 161.299 | 32.260 | 16.397 | 43.687 | 253.643 |
| (As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.) | | | | | |

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais, ou de outra forma quando indicado)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída em 18 de outubro de 1993, a Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS, doravante denominada “Companhia”, é uma sociedade por ações de economia mista, autorizada a funcionar de acordo com a Lei Estadual n.º 12.010 de 05 de outubro de 1992, tendo por objeto social promover a produção, a aquisição, o armazenamento, a distribuição e a comercialização de gás combustível e a prestação de serviços correlatos no Estado do Ceará.

A Companhia é concessionária exclusiva pelo prazo de 50 anos dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado do Ceará, conforme contrato de concessão celebrado em 30 de dezembro de 1993.

NOTA 2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, contemplando as modificações introduzidas pela Lei nº 11.941/09 e pela Lei nº 11.638/07 que alteraram a Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, regulamentadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

NOTA 3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Em todas as informações financeiras apresentadas em reais, os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

NOTA 4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetem os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados de suas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a provisão para perdas estimadas no recebimento de créditos (Nota 36), a provisão para contingências (Nota 23), impairment (Nota 6), diferido (Nota 12) e arrendamento (Nota 17). Os resultados dessas transações e informações, quando de sua realização em períodos subsequentes, podem divergir das estimativas.

NOTA 5. IMPACTOS DA COVID-19

Um dos temas de maior relevância na atualidade é o impacto do Covid-19 nas operações das empresas no que se refere à continuidade operacional, aos impactos na recuperabilidade dos ativos, no lucro, entre outros.

No contexto nacional, segundo o Relatório De Acompanhamento Fiscal divulgado pela Instituição Fiscal Independente (IFI), no Boletim FOCUS, a média das previsões para o crescimento do PIB em 2022 está em 0,3%. Segundo Boletim FOCUS do Banco Central, a perspectiva para o PIB de 2021 alcançou 4,5% no dia 14 de janeiro. Em relação à economia cearense, de acordo com Instituto de Pesquisa e Estatística Econômica do Ceará (IPECCE) o PIB do Ceará tem uma projeção de crescimento de 6,24%.

Em relação a CEGÁS, o volume de venda de 2021 foi 2% maior em relação ao previsto e 29% maior em relação ao mesmo período do ano anterior. Se considerarmos o volume ex-térmico, houve redução de 9% em relação ao previsto e 13% maior em relação ao mesmo período do ano anterior. Quanto ao impacto no lucro da Companhia, houve aumento de 112% em relação ao previsto e 96% em relação ao mesmo período do ano anterior. Pode-se perceber que, mesmo com a redução do volume ex-térmico de vendas, que impactou diretamente na margem, o lucro da Companhia foi maior que o ergido, devido, principalmente, ao reconhecimento do *Take or Pay* – TOP de um dos clientes industriais da Companhia, que acumulou, durante a vigência do contrato, o montante de R\$ 19.936, sem possibilidade de recuperação a partir de janeiro de 2021. Assim, houve impacto positivo no EBITDA no montante R\$ 18,1 milhões e no Lucro Líquido de R\$ 15,5 milhões. Além disso, com o trânsito em julgado da ação que questionava a inconstitucionalidade da incidência do ICMS ST na base de cálculo do PIS/COFINS, a qual teve decisão favorável a CEGÁS, houve reconhecimento de, aproximadamente, R\$ 63.056 (principal – R\$ 36.749 / atualização monetária – R\$ 26.307).

Assim, a pandemia causada por Covid-19 não deve impactar na continuidade operacional da empresa, uma vez que a margem praticada pela Companhia é capaz de cobrir suas despesas e custos e ainda gerar lucro. A Companhia não identificou impactos relevantes na recuperabilidade de seus ativos, uma vez que a capacidade de geração de caixa futura do Intangível é superior ao valor contábil (valor histórico) que está registrado, não sendo reconhecida nenhuma perda por redução do valor recuperável. Quanto à expectativa de recebimento dos títulos a prazo, a Companhia também não identificou impactos relevantes no recebimento de tais títulos.

NOTA 6. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação em contrário.

a) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem caixa, depósitos bancários, aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente convertíveis em um montante co-

| DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Método Indireto) | | |
|--|------------------|-----------------|
| (Valores expressos em milhares de Reais) | | |
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | |
| Lucro Antes do IRPJ e CSLL | 146.630 | 71.610 |
| Custo na Venda de Intangível | - | 40 |
| (Ganho) Perda na alienação de imobilizado/intangível | - | 144 |
| Transferências para manutenção do Intangível | (3) | (151) |
| Depreciações e amortizações | 21.931 | 18.988 |
| Reversão efeito IFRS 16 / CPC 06 Arrendamento | (908) | (1.319) |
| Lucro Ajustado | 167.650 | 89.312 |
| (Aumento) redução nos ativos operacionais | (19.390) | 78.385 |
| (Aumento) redução de contas a receber de clientes e outras | (28.057) | 45.943 |
| Estoques | (449) | 65 |
| Impostos a recuperar | (2.593) | (780) |
| Creditos nas operações de venda e aq. Gas | (220) | 38.317 |
| Aplicações Financeiras | 13.284 | (5.413) |
| Despesas Antecipadas | 35 | (1) |
| (Aumento) redução de outros ativos | (1.390) | 254 |
| Redução/Aumento de Passivos | (10.916) | (89.474) |
| Fornecedores | 41.410 | (37.671) |
| Provisão trabalhista e encargos sociais a pagar | 7.640 | (324) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Pagar | (9.784) | (8.551) |
| Participações no Resultado a Pagar | 3.812 | (1.546) |
| Adiantamentos de Clientes | (17.899) | (41.126) |
| Provisão para Contingências | (36.060) | 911 |
| Outros Passivos | (35) | (1.167) |
| CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | 137.344 | 78.223 |
| FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS | | |
| Aquisição de intangível | (31.362) | (24.952) |
| CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS | (31.362) | (24.952) |
| FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | |
| Dividendos pagos | (83.447) | (36.291) |
| Juros capital próprio pagos | (9.205) | (8.609) |
| Depósitos Judiciais | (26.865) | (937) |
| Financiamentos | - | (34.112) |
| CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | (119.517) | (79.499) |
| AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | (13.535) | (26.678) |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 109.862 | 136.540 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | 96.327 | 109.862 |
| (As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.) | | |

Nos termos do contrato de concessão de distribuição de gás canalizado, que estão ao alcance do ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviços para o poder concedente quando constrói ou melhora a infraestrutura usada para prestar um serviço público por conta própria ou através de terceiros. Ao prestar o serviço, o concessionário deve mensurar e reconhecer a receita dos serviços que presta de acordo com o NBC TG 47.

A construção da infraestrutura é considerada como prestação de serviços ao Poder Concedente, sendo que a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, tendo em vista que não existe margem definida no Contrato de Concessão para esse serviço. Essa prestação de serviço gera ao concessionário o benefício de poder cobrar do usuário do serviço, via tarifa, o retorno do valor dispendido. Ao final do período da concessão, especificamente nos últimos 10 (dez) anos, quando não será mais possível a recuperação dos investimentos via tarifa, a concessionária registrará, como ativo financeiro a ser indenizável pelo poder concedente, os valores residuais de investimentos realizados na construção da infraestrutura.

f) ATIVOS INTANGÍVEIS

Para os Ativos Intangíveis, foi observada a NBC TG 04 (R4), a qual define o tratamento contábil a ser dado aos ativos intangíveis que não são abrangidos especificamente por outros pronunciamentos. A Companhia apresenta, em seu ativo intangível, os valores referentes à construção de infraestrutura e à aquisição de bens necessários para a prestação dos serviços de distribuição de gás, a qual é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada equivalente. Em atendimento ao ICPC 01 (R1), o Intangível decorre do Contrato de Concessão, e o seu montante é constituído pelo somatório dos valores desembolsados para a construção da infraestrutura e aquisição de bens necessários à prestação dos serviços de distribuição de gás, conforme divulgado na Nota 19. A taxa para a amortização do Intangível é estabelecida no Contrato de Concessão firmado com o Governo do Estado do Ceará, que estabelece o prazo de 10 (dez) anos, estando, portanto, o método da amortização fundamentado no item 98B da Revisão N° 08/15 do Pronunciamentos Técnicos do Conselho Federal de Contabilidade, que estabelece a possibilidade da Companhia determinar sua taxa em decorrência de um fator limitante predominante que é inerente ao seu ativo intangível. As amortizações dos itens que compõem o Intangível foram calculadas pelo método linear, e taxas anuais descritas na Nota 19.

g) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS (VRA) – (Impairment)

Para a VRA, foi observada a NBC TG 01 (R4), que define procedimentos visando assegurar que os ativos da sociedade não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou venda. Caso existam evidências claras de que ativos estão avaliados por valor não recuperável no futuro, a sociedade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas, que poderá ser revertida. Não identificamos evidências de perda no valor recuperável dos ativos da Companhia.

h) SUBVENÇÕES E ASSISTÊNCIAS GOVERNAMENTAIS

Para as Subvenções e Assistências Governamentais, foi observada a NBC TG 07 (R2), a qual define o procedimento a ser aplicado na contabilização e na divulgação de subvenção governamental e na divulgação de outras formas de assistência governamental. Considerando o disposto na referida NBC TG, a Companhia registrou, diretamente no resultado do exercício pelo regime de competência, os incentivos fiscais decorrentes de doações ou subvenções governamentais recebidas.

i) TRIBUTOS

A provisão para imposto de renda é constituída sobre o lucro real à alíquota de 15%, mais o adicional de 10%, conforme legislação em vigor. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 9% do lucro contábil ajustado, conforme legislação em vigor.

Além dos tributos normalmente incidentes sobre o lucro do período, foram reconhecidos no resultado os efeitos das diferenças temporais entre o regime contábil da apropriação de receitas e despesas e o seu regime tributário, de acordo com a NBC TG 32 (R4).

O ICMS é calculado mediante aplicação da alíquota de 18% calculada sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal. No entanto, conforme define a legislação estadual, as operações de aquisição de gás natural são tributadas por substituição tributária e os supridores devem efetuar o cálculo e recolhimento do tributo considerando as margens de valor agregado estabelecidas no Decreto 24.569/1997.

j) JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Em conformidade com o disposto no artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e regulamentação posterior, a Companhia contabilizou juros sobre capital próprio como despesa financeira. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras e em atendimento à Deliberação CVM nº 207/96, esses juros foram reclassificados de despesa financeira para lucros acumulados, não produzindo efeito no lucro líquido a não ser pelos impactos fiscais.

k) DIVULGAÇÕES SOBRE PARTES RELACIONADAS

Para as Partes Relacionadas, foi observada a NBC TG 05 (R3), a qual estabelece que as demonstrações financeiras da entidade contenham as divulgações necessárias para evidenciar a possibilidade de que sua posição financeira e seu resultado possam ter sido afetados pela existência de transações e saldos com partes relacionadas.

l) DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC

Foram observadas as orientações da NBC TG 03 (R3) no que se refere à apresentação de informações acerca das alterações históricas de caixa e equivalentes de caixa de uma entidade por meio de demonstração que classifique os fluxos de caixa do exercício por atividades operacionais, de investimento e de financiamento. A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras divulgadas ao final de cada período.

m) DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nos termos da NBC TG 09, a qual é apresentada como informação financeira adicional e tem por finalidade evidenciar as riquezas geradas pela entidade e a forma como tais riquezas foram distribuídas em determinado período.

n) PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Foi observada a NBC TG 25 (R2), a qual reconhece uma provisão em função de um evento passado que gera uma obrigação possível, estimada de maneira confiável e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade, sendo provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidá-la.

As provisões para passivos contingentes são constituídas com base em pareceres jurídicos que classificam as contingências com perspectiva de perda provável, assim como os depósitos relativos às contingências. Se classificadas como de perda possível, são evidenciadas em nota explicativa. Quando a possibilidade de perda é remota, não há tratamento nas Demonstrações Contábeis.

o) AJUSTE A VALOR PRESENTE (AVP)

Para o Ajuste a Valor Presente, foi aplicada a NBC TG 12, que estabelece os requisitos básicos a serem observados quando da aplicação do ajuste a valor presente na mensuração de ativos e passivos, decorrentes de operações de longo prazo e operações relevantes de curto prazo, no momento inicial em que tais ativos e passivos são reconhecidos, bem como nos balanços subsequentes.

p) RECEITAS

Para a Receita, foi aplicada a NBC TG 47 que estabelece um modelo para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. O princípio fundamental da NBC TG 47 (IFRS 15) consiste em a entidade reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflete a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens e serviços. Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

- Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com o cliente;
- Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato;
- Passo 3: Determinar o preço da transação;
- Passo 4: Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato;
- Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho. De acordo com este Pronunciamento, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de performar for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente.

Neste sentido, a CEGÁS reconhece receitas oriundas principalmente das seguintes fontes:

- Venda de gás canalizado;
- Prestação de serviços de movimentação de gás de autoproduzir; e
- Receitas de Construção.

A Companhia avaliou as principais fontes de receita da entidade, conforme discriminado acima, e entende que elas representam obrigações de desempenho distintas, as quais deverão ser reconhecidas no determinado momento em que a entrega do gás e/ou o serviço é realizado. Quanto às Receitas de Construção, a orientação OCPG 05 (CTG 05) – Contratos de Concessão – determina que empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes. Por isso, é obrigatória a evidencição das receitas de construção. Perante o Poder Concedente, essas receitas são reconhecidas na proporção dos gastos recuperáveis, uma vez que não é possível estimar confiavelmente a conclusão da transação e não há reconhecimento de qualquer margem de lucro.

q) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO DERIVATIVOS – RECONHECIMENTO E DESRECONHECIMENTO

A Companhia reconhece um ativo e um passivo financeiro inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos na seguinte categoria: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e outros passivos financeiros.

A Companhia reverte o reconhecimento de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia reverte o reconhecimento de um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalente de caixa, contas a receber e crédito de gás. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores e empréstimos e financiamentos.

r) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Obrigações relativas a benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago para os planos de bonificação em dinheiro ou de participação nos lucros, se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço prestado pelo empregado e se a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

s) ARRENDAMENTOS

A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o benefício econômico de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Na qualidade de arrendatária, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Nesse contexto, a CEGÁS reconhece uma depreciação de ativos de direito de uso e despesa financeira sobre obrigações de arrendamento. Os ativos ou passivos financeiros são avaliados os critérios para reconhecimento, mensuração e divulgação de arrendamento, considerando a essência econômica ao invés da forma jurídica, a materialidade e o prazo do contrato para determinar se haverá o seu reconhecimento. A CEGÁS optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

NOTA 7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As disponibilidades da Companhia não absorviam nas atividades operacionais ou de investimentos são mantidas em aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras têm diversos vencimentos, podendo ser resgatadas a qualquer tempo. Os valores aplicados estão acrescidos dos rendimentos até a data do encerramento dos períodos, conforme demonstrado a seguir:

| DESCRIÇÃO | APLICAÇÃO | REMUNERAÇÃO | 2021 | 2020 |
|---|-----------------|-------------------|---------------|----------------|
| Caixa | | | 1 | 1 |
| Bancos | | | 69 | 513 |
| TOTAL DE CAIXA E BANCOS | | | 70 | 514 |
| Aplicações Financeiras | | | | |
| Banco do Brasil | FUNDO BB | 84,57% do CDI | 31 | - |
| Banco do Nordeste | BOB | 96,5% a 101% CDI | 66.090 | 89.253 |
| Banco Safra | BOX-DI | 100% a 104,5% CDI | 29.079 | 19.040 |
| Caixa Econ. Federal | CDI e FUNDO CEF | 101% do CDI | 219 | 210 |
| Bradesco | Débites | 99% do CDI | 638 | 845 |
| TOTAL DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS | | | 96.257 | 109.348 |
| TOTAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | | | 96.327 | 109.862 |

NOTA 8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Abaixo, demonstramos as aplicações de curto prazo:

| DESCRIÇÃO | APLICAÇÃO | REMUNERAÇÃO | 2021 | 2020 |
|--|-----------|-------------|----------|---------------|
| Aplicações Financeiras Circulante | | | | |
| Banco Safra | BOX-DI | 100% CDI | - | 13.284 |
| TOTAL DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS | | | - | 13.284 |

NOTA 9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

A Companhia, segundo as melhores práticas de governança, bem como a NBC TG N° 05 (R3), segrega da rubrica "contas a receber de clientes" os montantes obtidos com partes relacionadas. A Companhia também realizou análises dos valores objeto de ações de cobrança judicial e reclassificou para o Não-Circulante os montantes cujas expectativas de recebimentos ultrapassam o exercício social.

| DESCRIÇÃO – CIRCULANTE | 2021 | 2020 |
|---|---------------|---------------|
| Contas a Receber de Clientes | 54.634 | 26.486 |
| (-) Perda c/ devedores duvidosos | (54) | (58) |
| Contas a Receber de Clientes | 53.127 | 25.135 |
| Contas a Receber com Partes Relacionadas | 1.453 | 1.293 |

| DESCRIÇÃO – NÃO CIRCULANTE | 2021 | 2020 |
|-------------------------------------|---------------|---------------|
| Contas a Receber de Clientes | 25.277 | 25.299 |
| (-) Perda c/ devedores duvidosos | (2.341) | (2.268) |
| Contas a Receber de Clientes | 22.936 | 23.031 |

| QUADRO MOVIMENTAÇÃO PERDA DEVEDORES DUVIDOSOS – CIRCULANTE | | | | |
|--|--------|-------|---------------|--|
| Saldo em 2020 | Adição | Baixa | Saldo em 2021 | |
| (58) | (27) | 28 | (54) | |

| QUADRO MOVIMENTAÇÃO PERDA DEVEDORES DUVIDOSOS – NÃO CIRCULANTE | | | | |
|--|--------|-------|---------------|--|
| Saldo em 2020 | Adição | Baixa | Saldo em 2021 | |
| (2.268) | (122) | 49 | (2.341) | |

O risco de crédito das contas a receber advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise da situação patrimonial e financeira de seus clientes, e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. O prazo médio de recebimento das vendas é de 16 (dezesseis) dias. As Perdas Estimadas no Recebimento de Créditos foram constituídas com base na análise das duplicatas e valores a receber de clientes, em montante julgado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização, segundo critérios definidos pela administração, como: análise histórica dos recebimentos de títulos da empresa, análise técnica pormenorizada dos títulos e análise de mercado, excluindo-se as antecipações contratuais restituíveis (penalidades) refletidas como adiantamentos de clientes no passivo. Em dezembro de 2021 e 2020, as contas a receber por data de vencimento, desdobradas em venda de gás e penalidades, estavam assim representadas:

| DESCRIÇÃO – Venda de gás | 2021 | 2020 |
|------------------------------|---------------|---------------|
| A vencer | 36.811 | 16.411 |
| Vencidas em até 30 dias | 1.277 | 5.825 |
| Vencidas entre 31 e 365 dias | 132 | 584 |
| Vencidas há mais de 365 dias | 1.231 | 1.285 |
| Subtotal | 39.451 | 24.105 |

| DESCRIÇÃO – Penalidades | 2021 | 2020 |
|------------------------------|---------------|---------------|
| A vencer | 16.432 | 2.373 |
| Vencidas em até 30 dias | - | - |
| Vencidas entre 31 e 365 dias | 6 | - |
| Vencidas há mais de 365 dias | 24.022 | 24.014 |
| Subtotal | 40.460 | 26.387 |

NOTA 10. CONTAS A RECEBER DE PARTES RELACIONADAS

A Companhia segregou das contas a receber no Ativo Circulante, conforme já evidenciado na Nota 9, os valores referentes a transações com partes relacionadas. No quadro abaixo, destacamos a composição do contas a receber com partes relacionadas:

| DESCRIÇÃO – CIRCULANTE | 2021 | 2020 |
|---------------------------------------|--------------|--------------|
| Petróleo Brasileiro S.A. (LUBNOR) (I) | 824 | 1.293 |
| Petróleo Brasileiro S.A. | 629 | - |
| TOTAL | 1.453 | 1.293 |

O valor registrado nestas rubricas refere-se a:

i) o valor de R\$ 824 a receber da Petróleo Brasileiro S.A. (LUBNOR) decorre do contrato de uso do sistema de distribuição para movimentação de gás natural.

ii) o valor de R\$ 629 a receber da Petróleo Brasileiro S.A decorre da penalidade contratual de falha de fornecimento do supridor.

NOTA 11. ESTOQUE

A Companhia registra o estoque de gás natural decorrente do armazenamento do produto em sua rede de distribuição canalizada. Em dezembro de 2021, o valor apurado corresponde a capacidade instalada em sua malha de gasodutos que é de 74.574 m³, multiplicado pelo custo de aquisição do Gás que é de R\$ 2,1125/m³. Em dezembro de 2020, a capacidade instalada foi de 74.519 m³ e o custo de aquisição do gás foi de R\$ 1,3145/m³. Os demais estoques referem-se a materiais de uso e consumo e a peças para manutenção.

| ESTOQUES | 2021 | 2020 |
|---|--------------|------------|
| Estoque de Gás Natural | 158 | 98 |
| Estoque de Materiais para Uso e Consumo | 250 | 143 |
| Estoque de Peças para Manutenção | 830 | 548 |
| TOTAL | 1.238 | 789 |

NOTA 12. TRIBUTOS A RECUPERAR E TRIBUTOS DIFERIDOS

Os impostos a compensar estão assim demonstrados:

| DESCRIÇÃO – CIRCULANTE | 2021 | 2020 |
|--|--------------|--------------|
| Saldo negativo de IRPJ | 778 | 318 |
| IRRF a Recuperar | 58 | - |
| IRRF sobre aplicações financeiras | 1.068 | - |
| IRPJ Pago a Maior | 1.369 | 779 |
| CSLL Pago a Maior | 417 | - |
| INSS (1) | 137 | 137 |
| COFINS pago a maior | - | 2 |
| PIS e COFINS – Arrendamento IRFS 16 (CPC 06) (2) | 2.108 | 1.537 |
| ISS a recuperar | 1 | - |
| TOTAL CIRCULANTE | 5.936 | 2.773 |

| DESCRIÇÃO – NÃO CIRCULANTE | 2021 | 2020 |
|-----------------------------|--------------|---------------|
| IRPJ e CSLL Diferidos (3) | 4.161 | 16.405 |
| TOTAL NÃO CIRCULANTE | 4.161 | 16.405 |

(1) A CEGÁS, autora de uma ação judicial junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, foi vencedora no processo em que houve o pleito da compensação de contribuições previdenciárias sobre a remuneração paga a diretores não empregados. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia reconhece o ativo assim como a atualização do crédito, conforme a decisão judicial e os ditames legais. A Companhia está aguardando a habilitação do crédito, junto à Receita Federal do Brasil, para realizar a devida compensação.

(2) A Companhia realizou o reconhecimento do arrendamento da Sede conforme descrito na Nota 18 e contabilizou o crédito de PIS e COFINS até o final do contrato em contrapartida ao lançamento do arrendamento no Ativo Imobilizado, estando este último líquido.

(3) O IRPJ e CSLL Diferidos referem-se à constituição de ativo fiscal oriundo de diferenças temporárias dedutíveis, apurados com base nos passivos contingentes conforme determina a NBC TG 32 (R3) – Tributos sobre o lucro. A Companhia mantém IRPJ e CSLL referente à ação de exclusão do ICMS ST da Base de Cálculo do PIS/COFINS. Em 02/12/2021, a referida ação transitou em julgado, com decisão favorável à CEGÁS. Assim, em dezembro de 2021, ocorreu a reversão das diferenças temporárias dedutíveis referentes a esse processo, baixando o valor do IR e CSLL diferidos do ativo da Companhia, no montante de R\$ 12.495, e reconhecida a despesa no resultado.

NOTA 13. CRÉDITOS NAS OPERAÇÕES DE VENDA E AQUISIÇÃO DE GÁS

Os valores registrados nas contas Créditos nas Operações de Venda e Aquisição de Gás referem-se à aplicação de cláusulas constantes nos contratos de suprimentos da Companhia, que garantem à CEGÁS o recebimento de gás decorrente do adiantamento de valores ao Supridor correspondentes aos compromissos firmes de aquisição de volumes de gás.

Em consonância com as regras contratuais, esses adiantamentos são baixados contra a conta de fornecedores, à medida que os volumes de gás são retirados do supridor, ou levando para o resultado como despesa de penalidades, no caso de expirado o prazo contratual para a retirada do gás. Como os valores adiantados ao supridor confere o direito à Companhia constituído quando do adiantamento, de retirar os correspondentes volumes de gás, estes montantes estão atualizados pela variação do preço do gás ao final do exercício social.

A composição da Conta Créditos nas operações de venda e aquisição de gás está demonstrada conforme a seguir:

| DESCRIÇÃO – ATIVO CIRCULANTE | 2021 | 2020 |
|---|------------|------------|
| Contrato Petrobras – Suprimento Geral (I) | 748 | 527 |
| Outros Adiantamentos | 8 | 9 |
| TOTAIS | 756 | 536 |

Os valores registrados nestas rubricas referem-se a:

i) Contrato Petrobras – Suprimento Geral

Em setembro e em dezembro de 2021, a Petrobras emitiu cartas de crédito que serão utilizadas em operações futuras junto ao referido supridor.

NOTA 14. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os saldos dos depósitos judiciais estão assim demonstrados:

| DESCRIÇÃO – NÃO CIRCULANTE | 2021 | 2020 |
|--|---------------|---------------|
| Prefeitura Municipal de Fortaleza (1) | 12.241 | 11.501 |
| PIS sobre faturamento (2) | 11.842 | 6.812 |
| COFINS sobre faturamento (2) | 51.214 | 29.938 |
| Ação Trabalhista – Depósitos Recursais | 22 | 42 |
| Órgãos Reguladores – ANP (3) | - | 280 |
| Depósitos Judiciais Cíveis (3) | 271 | 151 |
| IRPJ Depósito Judicial (4) | 761 | 761 |
| TOTAIS | 76.351 | 49.486 |

(1) O valor de R\$ 12.241 refere-se aos recolhimentos dos depósitos judiciais decorrentes de uma ação contra a Prefeitura Municipal de Fortaleza – PMF onde se questiona a cobrança de valores devidos pela instalação dos gasodutos no subsolo, determinadas pela Lei nº 8.744/2003, que instituiu o pagamento de prestação pecuniária obrigatória a empresas que tenham infraestrutura instalada em logradouros públicos, no espaço aéreo, no solo e no subsolo do município de Fortaleza.

(2) A Companhia também ingressou na justiça, através de uma ação declaratória, pleiteando o direito de não incidência de PIS e COFINS sobre os valores do ICMS embutidos nas notas fiscais de aquisição de gás e repassados na tarifa do gás. Através de liminar concedida, a Companhia efetuou até janeiro de 2020 o depósito judicial no montante de R\$ 6.812 referente ao PIS e de R\$ 29.938 referente à COFINS. Em janeiro de 2020, a Justiça determinou a cessação dos depósitos mensais referente a diferenças entre PIS/PASEP e COFINS com o ICMS na base de cálculo e sem ICMS na base de cálculo por meio de Cumprimento de Sentença. Em 02/12/2021, a ação transitou em julgado, a qual teve decisão favorável a CEGÁS. O juiz proferiu despacho em 16/12/2021 com a determinação de que o depositário providenciase a transferência dos valores depositados judicialmente à conta corrente da Companhia. Em relação à atualização monetária dos citados depósitos judiciais, enquanto se tinha a ação em andamento, tal valor se enquadrava em ativo contingente e não era reconhecido nas demonstrações, uma vez que, segundo a norma contábil NBC TG 25 (R2), "os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado". Porém, com o desfecho da ação favorável à Companhia, o ativo relacionado deixou de ser ativo contingente e a NBC TG 25 (R2) determina que seja reconhecido nas Demonstrações Financeiras do período em que ocorrer a mudança de situação, o que implicou na necessidade de reconhecimento na competência 12/2021. Assim, o valor de R\$ 26.307 foi reconhecido no resultado da CEGÁS como receita financeira em contrapartida do ativo Depósitos Judiciais. Desse montante, a quantia de R\$ 5.030 corresponde a atualização monetária do PIS e a quantia de R\$ 21.277 corresponde a atualização monetária da COFINS. Vale destacar que, em janeiro de 2022, o valor total de R\$ 63.056 (principal + atualização) foi transferido para o caixa da Companhia, conforme determinou o juízo.

(3) A CEGÁS também realizou depósito judicial de R\$ 280, em ação ordinária, referente à multa aplicada pela Agência Nacional de Petróleo – ANP, e depósitos de ações cíveis, no montante de R\$ 152. Em 2021, a ação contra a ANP teve seu trânsito em julgado, a qual teve decisão desfavorável à CEGÁS. Assim, o depósito judicial foi revertido em favor da ANP.

(4) O depósito judicial, no valor de R\$ 761, refere-se ao processo em que a CEGÁS declara a inexistência

tência de crédito tributário, pleiteando a autora (Fazenda Nacional) a anulação de autuação realizada por conta da não inclusão de depósitos judiciais na base de cálculo do IR e do Lucro da Exploração referente ao exercício de 2008.

NOTA 15. DESPESAS ANTECIPADAS

A Companhia registrou nessa rubrica pagamentos pertinentes a custos e despesas que se referem a períodos de competência subsequentes, apresentadas no balanço pelas importâncias aplicadas, diminuídas das apropriações efetuadas no período, de forma a obedecer ao regime de competência. O quadro a seguir evidencia os principais tipos de despesas antecipadas:

| DESCRIÇÃO | 2021 | 2020 |
|-----------------------|------|------|
| Seguros dos Gasodutos | 333 | 352 |
| Seguro dos Veículos | 4 | 6 |
| Outros | 30 | 44 |
| TOTAIS | 367 | 402 |

mentos do contrato com base no seu valor justo relativo. Os custos financeiros atribuídos ao passivo foram determinados com base na taxa de juros do contrato de financiamento vigente no mercado (2,30% a.a.). Em 2021, a Companhia pagou R\$ 1.092 a título de juros sobre o valor arrendado. Em abril de 2021, a Companhia renegociou os termos do contrato de locação, alterando o valor, o prazo e o índice de reajuste, que passou a ser o IPCA.

NOTA 21. DÉBITOS NAS OPERAÇÕES DE VENDA E AQUISIÇÃO DE GÁS

Os valores registrados na conta Débitos nas operações de venda e aquisição de gás referem-se à aplicação de cláusulas contratuais dos contratos dos maiores clientes industriais que efetuaram à Companhia pagamentos a título de adiantamento de valores correspondentes aos compromissos firmes de aquisição de volumes de gás.

Em consonância com as regras contratuais, esses adiantamentos são baixados contra a conta contas a receber de cada cliente à medida que os volumes de gás são retirados pelos usuários ou levando para o resultado como receita de penalidades, no caso de expirado o prazo contratual para a retirada do gás.

O contrato com o cliente Termofortaleza estabelece que os valores adiantados correspondem a volumes de gás a serem retirados. Desta forma, estes montantes são atualizados pela variação do preço do gás ao final do exercício social. Os demais valores, que estão atrelados a outras modalidades contratuais, são mantidos a valores nominais.

A conta também contempla os valores de Cauções de Clientes dado em garantia contratual. A composição da Conta Débitos nas operações de venda e aquisição de gás está demonstrada conforme segue abaixo:

| DESCRIÇÃO – CIRCULANTE | 2021 | 2020 |
|---|--------------|------------|
| Contr. de Clientes – Compromisso de retirada de gás (i) | 2.469 | 431 |
| Cauções de Clientes (ii) | 90 | 91 |
| TOTAIS | 2.559 | 522 |

| DESCRIÇÃO – NÃO CIRCULANTE | 2021 | 2020 |
|--|---------------|---------------|
| Outros Adiantamentos – Cláusula Contratual (iii) | 23.777 | 43.713 |
| TOTAIS | 23.777 | 43.713 |

Os valores registrados nestas rubricas referem-se a:

i) R\$ 2.469 refere-se a adiantamento dos clientes de valores correspondente ao cumprimento da cláusula contratual de compromisso firme de retirada de gás;

ii) R\$ 90 refere-se a cauções de clientes para cobrir possíveis inadimplências no pagamento das faturas de gás;

iii) R\$ 23.777 refere-se à emissão de notas de débitos aplicadas a clientes em cumprimento ao disposto na cláusula contratual de compromisso firme de retirada de gás, que estão sendo objeto de ação judicial de cobrança ou cuja expectativa de desfecho se estende além do exercício social. Desta forma, foram transferidos para o Passivo Não Circulante estando composto da seguinte forma:

| DESCRIÇÃO – NÃO CIRCULANTE | 2021 | 2020 |
|--------------------------------|---------------|---------------|
| Cliente do Segmento Automotivo | 13.516 | 13.516 |
| Cliente do Segmento Automotivo | 8.532 | 8.532 |
| Cliente do Segmento Industrial | - | 19.936 |
| Cliente do Segmento Industrial | 1.068 | 1.068 |
| Demais clientes | 661 | 661 |
| TOTAL | 23.777 | 43.713 |

NOTA 22. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Consideram-se pessoal-chave da Administração os membros da diretoria estatutária e do Conselho de Administração. Em 2021, a Companhia registrou o montante de R\$ 1.583 relativo à remuneração do pessoal-chave da Administração e do Conselho de Administração. Em 2020, a remuneração dos administradores foi de R\$ 1.336.

NOTA 23. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

As provisões para contingências registradas pela CEGÁS, com base na NBC TG 25 (R2) e parecer técnico da assessoria jurídica, que passaram do montante de R\$ 48.603 em 2020 para R\$ 12.543 em 2021, referem-se a demandas judiciais de natureza civil, administrativa, tributária e trabalhista em que a Companhia figura como Ré.

As provisões para contingências julgadas pela Companhia com risco de perda provável estão evidenciadas no quadro abaixo:

| DESCRIÇÃO – CIRCULANTE | 2021 | 2020 |
|------------------------|------------|----------|
| Contingências Cíveis | 237 | 8 |
| TOTAIS | 237 | 8 |

| DESCRIÇÃO – NÃO CIRCULANTE | 2021 | 2020 |
|--|---------------|---------------|
| Prefeitura Municipal de Fortaleza (1) | 12.241 | 11.501 |
| PIS sobre faturamento (2) | - | 6.812 |
| COFINS sobre faturamento (2) | - | 29.938 |
| ARCE – Agência Reguladora do Ceará (3) | 57 | 57 |
| ANP – Agência Nacional de Petróleo (3) | - | 280 |
| Contingências Trabalhistas | 8 | 7 |
| TOTAIS | 12.306 | 48.595 |

(1) O valor de R\$ 12.241 corresponde à provisão para contingência fiscal, cobrada pela Prefeitura Municipal de Fortaleza – PMF correspondente às prestações determinadas pela Lei. Nº 8.744, de 10 de julho de 2003, a qual instituiu o pagamento de prestação pecuniária obrigatória a empresas que tenham infraestrutura instalada em logradouros públicos, no espaço aéreo, no solo e no subsolo do município de Fortaleza.

(2) A partir de dezembro de 2006, a Companhia também passou a constituir uma provisão para contingência tributária, por uma possível iminência de atuação fiscal, pelo procedimento tributário de creditar-se de PIS e COFINS sobre o ICMS que é pago pela aquisição de gás natural da Petrobras por substituição tributária.

A Companhia entrou na justiça, através de uma ação declaratória, pleiteando uma declaração de inconstitucionalidade da incidência destas obrigações tributárias e, através de liminar concedida, efetuou até janeiro de 2021 o depósito judicial da obrigação constituída no montante de R\$ 6.812 referente ao PIS e R\$ 29.938 referente à COFINS.

Em janeiro de 2020, o Juiz Federal da 1ª Vara Federal – CE proferiu a decisão sobre a ação supra-mencionada, dando ganho de causa à CEGÁS. Assim, autorizou a imediata cessação dos depósitos judiciais mensais que têm sido efetivados pela Companhia referentes às diferenças entre o PIS/PASEP e COFINS com o ICMS-ST na base de cálculo e sem o ICMS-ST na base de cálculo. Além disso, foi reconhecido o direito da CEGÁS ao levantamento dos valores depositados em juízo. Todavia, a expedição de alvará ou transferência bancária foi condicionada à preclusão da matéria, assim a Receita Federal ainda teria o direito de recorrer da decisão.

Como já mencionado na nota 14, em dezembro de 2021, a ação transitou em julgado. Assim, pode-se entender que, ocorrida a preclusão da matéria em questão pelo trânsito em julgado da ação de cumprimento de sentença em 02/12/2021 e respectivo despacho em 16/12/2021 com a determinação de que a depositária providenciasse a transferência dos valores para a conta de titularidade da CEGÁS, encorreu-se por completo a probabilidade de saída de recursos para liquidar obrigação, o que implica a necessidade de reversão da provisão na competência 12/2021, conforme item 59 da NBC TG 25 (R2), que preconiza que as provisões devem ser reavaliadas em cada data de balanço e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida. Desse modo, em dezembro de 2021, foi revertida a provisão e reconhecida a receita (reversão de contingência fiscal) equivalente a R\$ 36.750, sendo R\$ 6.812 correspondente ao PIS e R\$ 29.938 referente ao COFINS.

(3) Os valores de R\$ 57 e R\$ 280 referem-se a provisões de penalidades impostas pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará – ARCE e pela Agência Nacional de Petróleo – ANP, respectivamente. A provisão da ANP foi liquidada, uma vez que a ação teve seu trânsito em julgado em 2021, a qual teve decisão desfavorável à CEGÁS. Ações trabalhistas nas quais a Companhia é demandada referem-se, sobretudo, ao reconhecimento de vínculo empregatício e a verbas de natureza salarial.

| QUADRO DE MOVIMENTAÇÃO DE PROVISÃO – CIRCULANTE | 2021 | 2020 |
|---|------------|----------|
| Saldo Inicial | 8 | 7 |
| Constituição de Provisão no Período | 229 | 1 |
| SALDO FINAL | 237 | 8 |

| QUADRO DE MOVIMENTAÇÃO DE PROVISÃO – NÃO CIRCULANTE | 2021 | 2020 |
|---|---------------|---------------|
| Saldo Inicial | 48.595 | 47.685 |
| Constituição de Provisão no Período | (36.289) | 910 |
| SALDO FINAL | 12.306 | 48.595 |

Os passivos contingentes classificados, em 31 de dezembro de 2021, pela Assessoria Jurídica da Companhia como de perda possível e que não estão provisionados estão evidenciados no quadro a seguir:

| Natureza | Valor da Causa |
|--------------------|----------------|
| Trabalhista | 1.864 |
| Cível | 19.948 |
| Tributária | 3.767 |
| SALDO FINAL | 25.579 |

NOTA 24. DESTINAÇÃO DO LUCRO DO EXERCÍCIO E DIVIDENDOS A PAGAR

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido, ajustado pelas movimentações patrimoniais das reservas, conforme determinado pela Lei nº 6.404/76, nos termos do seu artigo 202 e suas posteriores alterações. E o artigo 4º do Estatuto da Companhia determina o pagamento mínimo aos titulares de ações preferenciais no montante de 6% do capital social.

Os Juros sobre o Capital Próprio foram imputados aos dividendos obrigatórios nos anos de 2021 e de 2020, líquido de Imposto de Renda Retido na Fonte.

Os dividendos adicionais propostos em dezembro de 2021 e 2020, estão demonstrados a seguir:

| DIVIDENDOS PROPOSTOS | 2021 | 2020 |
|--|----------------|---------------|
| Lucro Líquido do Exercício | 124.675 | 63.394 |
| (-) Reserva Legal – 5% até o limite de 20% do capital | (2.528) | (2.369) |
| (-) Reserva de Incentivos Fiscais – IRPJ | (15.625) | (12.749) |
| (=) Dividendos propostos | 106.522 | 48.276 |
| (-) Juros sobre capital próprio líquido (A) | (8.059) | (7.537) |
| (-) IRRF sobre Juros Remuneratórios do Capital Próprio | (1.146) | (1.072) |
| (=) Total dos Dividendos a pagar (B) | 97.317 | 39.667 |

| DIVIDENDO MÍNIMO EXIGIDO ESTATUTO SOCIAL | 2021 | 2020 |
|--|----------------|---------------|
| Capital Social de Ações Preferenciais | 107.532 | 99.106 |
| Dividendo Mínimo Obrigatório Ações Preferenciais (6%) (C) | 6.452 | 5.946 |
| CÁLCULO DIVIDENDO OBRIGATÓRIO LEI 6.404/76 | 2021 | 2020 |
| (=) Base de cálculo dos dividendos propostos | 106.522 | 48.276 |
| Dividendo Obrigatório (25%) (D) | 26.630 | 12.069 |
| (-) Juros sobre capital próprio líquido (A) | (8.059) | (7.537) |
| Dividendo mínimo (D + A) | 18.571 | 4.532 |
| Dividendos mínimos Ações Preferenciais | 12.381 | 3.021 |
| Dividendos mínimos Ações Ordinárias | 6.190 | 1.511 |
| Antecipação de Dividendo mínimo (E) | 8.720 | - |
| Antecipação Dividendos mínimos Ações Preferenciais | 6.452 | - |
| Antecipação Dividendos mínimos Ações Ordinárias | 2.268 | - |
| Dividendos Mínimos a distribuir (F) | 9.851 | 4.532 |
| Dividendos mínimos Ações Preferenciais | 5.929 | 3.021 |
| Dividendos mínimos Ações Ordinárias | 3.922 | 1.511 |

| DIVIDENDOS MÍNIMOS EXIGIDOS | 2021 | 2020 |
|--|---------------|--------------|
| Dividendo Mínimo Obrigatório Ações Preferenciais | 12.381 | 5.946 |
| Dividendos mínimos Ações Ordinárias | 6.190 | 1.511 |
| Total Dividendo Mínimo Exigido | 18.571 | 7.457 |
| Antecipação de Dividendo mínimo | 8.720 | - |
| Antecipação Dividendos mínimos Ações Preferenciais | 6.452 | - |
| Antecipação Dividendos mínimos Ações Ordinárias | 2.268 | - |
| Dividendos Mínimos a distribuir | 9.851 | 7.457 |
| Dividendos mínimos Ações Preferenciais | 5.929 | 5.946 |
| Dividendos mínimos Ações Ordinárias | 3.922 | 1.511 |

| | | |
|--|---------------|---------------|
| Dividendos adicionais propostos pela Administração | 78.746 | 32.211 |
| Antecipação de Dividendos adicionais propostos pela Administração | 35.059 | - |
| Dividendos adicionais propostos pela Administração a distribuir | 43.687 | 32.211 |

Segundo disposto no § 2º do art. 204 da Lei nº 6.404/76, o estatuto poderá autorizar os órgãos de administração a declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Ainda conforme o parágrafo 2º, art. 36º do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existente no último balanço anual ou semestral. Estabelece ainda que fica facultado à Sociedade o levantamento de balanços semestrais ou em períodos menores, e havendo lucro em tais balanços e no balanço anual, poderá haver distribuição de dividendos, observadas as disposições de Lei, por deliberação prévia da Assembleia Geral.

Nesse contexto, na 118ª Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 43.779, sendo R\$ 8.720 correspondente a dividendos obrigatórios e R\$ 35.059 a dividendos adicionais, conforme evidenciado no quadro anterior, que foram pagos em 03 de dezembro de 2021.

NOTA 25. CAPITAL SOCIAL

Em dezembro de 2021 e 2020, o capital social estava composto de 39.400.000 ações sem valor nominal, sendo 13.133.334 ações ordinárias e 26.266.666 ações preferenciais, todas de classe única, de acordo com a distribuição a seguir:

| ACIONISTAS | Ações Ordinárias | Ações Preferenciais | Capital Votante (%) | Capital Total (%) |
|------------------------------|-------------------|---------------------|---------------------|-------------------|
| Estado do Ceará | 6.696.000 | - | 51,00 | 17,00 |
| Petrobras Gás S/A – GASPETRO | 3.217.667 | 13.133.333 | 24,50 | 41,50 |
| Mitsui Gás e Energia Ltda. | 3.217.667 | 13.133.333 | 24,50 | 41,50 |
| TOTAIS | 13.133.334 | 26.266.666 | 100,00 | 100,00 |

As ações preferenciais são nominativas, não possuem valor nominal, não têm direito a voto e gozam da prioridade no recebimento de dividendo mínimo obrigatório e no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia.

As 113ª e 117ª Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 2021 aprovaram, respectivamente, o aumento de capital, com a incorporação de reserva de incentivos fiscais, no montante de R\$ 662, referente ao Reinvestimento de 2018 e no montante de R\$ 11.977, referente ao Lucro da Exploração de 2020, sem modificação da quantidade de ações existentes. O valor total da participação de cada sócio em dezembro de 2021 está demonstrado no quadro a seguir:

| ACIONISTAS | % Total de Ações | | Vr. Das Ações Ordinárias (R\$) | | Vr. das Ações Preferenciais (R\$) | | Vr. Total (R\$) | |
|------------------------------|------------------|---------------|--------------------------------|---------------|-----------------------------------|----------------|-----------------|----------------|
| | 2020 | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 | 2021 |
| Estado do Ceará | 17,00 | 17,00 | 25.272 | 27.421 | - | - | 25.272 | 27.421 |
| Petrobras Gás S/A – GASPETRO | 41,50 | 41,50 | 12.141 | 13.173 | 49.553 | 53.766 | 61.694 | 66.939 |
| Mitsui Gás e Energia Ltda. | 41,50 | 41,50 | 12.141 | 13.173 | 49.553 | 53.766 | 61.694 | 66.939 |
| TOTAL | 100,00 | 100,00 | 49.554 | 53.767 | 99.106 | 107.532 | 148.660 | 161.299 |

NOTA 26. RECEITA LÍQUIDA – VENDA DE GÁS E SERVIÇOS

A receita líquida por natureza está demonstrada no quadro abaixo:

| DESCRIÇÃO | 2021 | 2020 |
|--------------------------------------|------------------|------------------|
| Receita Bruta | 747.806 | 483.405 |
| Venda de Gás | 712.466 | 356.207 |
| Prestação de Serviços | 3.959 | 2.246 |
| Receita de Construção | 31.381 | 24.952 |
| (-) Deduções da Receita Bruta | (199.711) | (123.829) |
| Venda de Gás | (199.345) | (123.621) |
| Prestação de Serviços | (366) | (208) |
| (=) Receita Líquida | 548.095 | 359.576 |
| Venda de Gás | 513.121 | 332.586 |
| Prestação de Serviços | 3.593 | 2.038 |
| Receita de Construção | 31.381 | 24.952 |

Nas deduções da Receita Bruta, foi considerado o Decreto nº 24.569/97, do Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria da Fazenda, que determina atribuir à Companhia a condição de sujeito passivo por substituição tributária, nas operações de aquisição de gás natural.

NOTA 27. CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS POR NATUREZA

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados por natureza estão demonstrados no quadro abaixo:

| DESCRIÇÃO | 2021 | 2020 |
|--|------------------|------------------|
| Custo de Aquisição do Gás Natural | (418.220) | (243.846) |
| Custo de Pessoal | (4.801) | (3.995) |
| Custo dos Serviços Prestados | (4.251) | (3.381) |
| Custo de Aquisição de Materiais | (125) | (269) |
| Custo de Amortização Operacional | (16.329) | (14.134) |
| Custo de Construção | (31.381) | (24.952) |
| Outros | (564) | (705) |
| TOTAL | (475.671) | (291.282) |

NOTA 28. DESPESAS POR NATUREZA

As despesas por natureza de gastos estão demonstradas no quadro abaixo:

| DESPESAS POR NATUREZA | 2021 | 2020 |
|--|-----------------|-----------------|
| Despesa de Pessoal | (16.099) | (10.997) |
| Despesas dos Serviços prestados | (4.847) | (5.851) |
| Despesas de Aquisição de Materiais | (135) | (91) |
| Despesas de Amortização Administrativa | (4.277) | (3.751) |
| Despesas Gerais e Administrativas | (4.074) | (3.359) |
| Despesas Tributárias (1) | (12.800) | (4.977) |
| TOTAL | (42.232) | (29.026) |

(1) Em 2021, houve reconhecimento de ICMS oriundo da aquisição de gás natural veicular no montante de R\$ 6.035. Além disso, houve a incidência de PIS/COFINS sobre a Receita de Take or Pay não recuperável de clientes no montante de R\$ 1.913 e sobre atualização monetária do depósito judicial de PIS/COFINS, comentado na Nota 14, no montante R\$ 1.223.

NOTA 29. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Outras Receitas Operacionais referem-se às penalidades originadas por aplicação de cláusulas contratuais com os clientes. As Outras Despesas Operacionais são penalidades concernentes ao contrato de compra e venda de gás com o supridor Petrobras e Perdas Estimadas no Recebimento de Créditos. As Outras Receitas e Despesas estão discriminadas no quadro a seguir:

| DESCRIÇÃO – RECEITAS (A) | 2021 | 2020 |
|--|----------------|----------------|
| Penalidade de retirada de gás a maior e a menor | 4.915 | 4.907 |
| Penalidade de transporte de gás térmico (<i>Ship or Pay</i>) | 94.293 | 160.897 |
| Penalidade de Falha de fornecimento | 560 | 312 |
| Penalidade de retirada de gás (Binomial) | 13 | 93 |
| Multa Contratual | 14 | - |
| Receita capacidade de transporte | 5.555 | 2.694 |
| Receita variação preço gás | - | 3.710 |
| Reversão provisões contingências trabalhista/cíveis | 280 | 81 |
| Reversão provisões contingências fiscais (2) | 36.750 | - |
| Receita de <i>Take or Pay</i> térmico | 17.412 | 22.175 |
| Outras receitas operacionais (1) | 20.756 | 2.196 |
| Total de Outras Receitas Operacionais (total A) | 180.548 | 197.065 |

| DESCRIÇÃO – DESPESAS (B) | 2021 | 2020 |
|--|-----------------|------------------|
| Penalidade de retirada a maior e a menor | (405) | (347) |
| Penalidade de transporte de gás térmico (<i>Ship or pay</i>) | (94.293) | (160.897) |
| Despesa variação preço do Gás | - | (3.710) |
| Provisão créditos liquidação duvidosa | (146) | (407) |
| Provisão contingências trabalhistas | (1) | (6) |
| Provisão contingências cíveis | (230) | (1) |
| Perda alienação/baixa | (-) | (144) |
| Outras despesas operacionais | (110) | (318) |
| (-) Outras Despesas Operacionais (total B) | (95.185) | (165.830) |
| TOTAL (A+B) | 85.363 | 31.235 |

1) Nos contratos com os grandes clientes há a previsão contratual de incidência de penalidades recuperáveis Take or Pay – TOP, o qual também prevê o prazo para recuperação dessa penalidade. Findo o prazo de recuperação, tais penalidades, que são controlados no passivo da Companhia, são reconhecidas como receita. Até dezembro de 2020, um cliente industrial acumulou, durante a vigência do contrato, o montante de R\$ 19.936, a título de TOP recuperável. Tendo em vista o final do contrato, a Companhia finalizou as negociações do novo contrato em janeiro de 2021, o qual não especifica nenhuma transferência de créditos de TOP ou a possibilidade de recuperação de penalidades referentes a contratos anteriores. Por esta razão, esse montante foi reconhecido no resultado da CEGÁS em janeiro de 2021, impactando o valor das “Outras receitas operacionais”, o que explica o aumento de em relação ao mesmo período do ano anterior.

2) Como já explicado a Nota 23, ao trânsito em julgado da ação que reclamava a inconstitucionalidade da incidência do ICMS ST na base de cálculo de PIS/COFINS. Com a preclusão da matéria em 02/12/2021, com sentença favorável à CEGÁS, esgotaram-se as possibilidades de perda, o que implicou a necessidade de reversão da provisão na competência de 12/2021. Assim, foi reconhecida a receita equivalente a R\$ 36.750.

NOTA 30. RESULTADO FINANCEIRO

| DESCRIÇÃO – Receitas Financeiras | 2021 | 2020 |
|------------------------------------|---------------|--------------|
| Receitas de Aplicações Financeiras | 4.718 | 3.522 |
| Outras Receitas Financeiras | 27.491 | 763 |
| TOTAL | 32.209 | 4.285 |

| DESCRIÇÃO – Despesas Financeiras | 2021 | 2020 |
|------------------------------------|----------------|----------------|
| Juros de Financiamentos | - | (2.035) |
| Despesa Financeiras – Arrendamento | (1.093) | (1.103) |
| Outras Despesas Financeiras | (41) | (40) |
| TOTAL | (1.134) | (3.178) |

As Receitas Financeiras estão representadas por rendimentos de aplicações financeiras a taxas demonstradas nas Notas 7 e 8.

Na rubrica “Outras Receitas Financeiras”, está contabilizada a atualização monetária dos Depósitos judiciais referente à ação de inconstitucionalidade da incidência do ICMS ST na base de cálculo do PIS/COFINS. Como dito na Nota 14, com a preclusão da matéria da ação em dezembro de 2021, a atualização monetária deixou de ser ativo contingente e passou a ser ativo, considerando que o ganho passou a ser praticamente certo. Assim, foi reconhecida a receita de atualização monetária no montante de R\$ 26.308.

NOTA 31. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

| DESCRIÇÃO | 2021 | 2020 |
|---|-----------------|------------|
| Processos Judiciais com Depósitos Integrais | (12.243) | 335 |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS | (12.243) | 335 |

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada a seguir:

| Efeito da CSLL | 2021 | 2020 |
|---|-----------------|----------------|
| Lucro Antes da CSLL após reversão do JRCP | 146.630 | 71.610 |
| (-) Despesas JRCP | (9.205) | (8.609) |
| Lucro Antes da CSLL | 137.425 | 63.001 |
| (+) Adição ao lucro real | 5.186 | 4.628 |
| Depósitos Judiciais | 740 | 985 |
| Incentivos fiscais Lei Rouanet / Desportiva/ FDCA/ Fundo do Idoso/ Produção Cinematográfica/ PRONAS | 793 | 641 |
| Despesa Financeira e Amortização IFRS 16 | 3.129 | 2.778 |
| Outras | 524 | 224 |
| (-) Exclusões | (65.337) | (2.521) |
| Reversão de provisões não dedutíveis | (37.030) | (99) |
| Reversão de aluguéis IFRS 16 | (2.000) | (2.422) |
| Tributos com Exigibilidade Suspensa | (26.307) | |
| Alíquota | 9% | 9% |
| Contribuição social corrente | (6.955) | (5.860) |
| Contribuição social diferida | (3.241) | 89 |
| TOTAL | (10.196) | (5.771) |

